

As Novas Transformações Brasileiras **(até Julho de 2014)**

Marcelo Neri

2014

NERI, Marcelo C.

"As Novas Transformações Brasileiras (até Julho de 2014)" (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, RJ – 2014 - FGV Social – 48 páginas.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19.

As Novas Transformações Brasileiras (até Julho de 2014)

Marcelo Neri

SUMÁRIO

Até julho de 2014, o crescimento anual da renda real do brasileiro mediano de 6,33%. Em 2014, o índice de Gini cai 0,1 ponto de porcentagem a cada mês, a maior queda desde 2004.

O produto interno bruto (PIB) é usado como síntese do sucesso econômico. Se quisermos aferir o progresso dos povos, temos de nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana. Um bom roteiro é encontrado no livro de Stiglitz, Sen e Fitoussi: “*(Mis)Measuring Our Lives*”, de 2010. O livro reflete as conclusões de uma comissão de notáveis sobre como medir o progresso das nações aqui nomeadas em três vertentes: prosperidade, igualdade e sustentabilidade. Medimos estes elementos a partir de microdados de pesquisas domiciliares de uso público até julho de 2014.

Prosperidade - Entre 2003 e 2012, o PIB e a renda média da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) cresceram 27,8% e 51,7%, respectivamente, em termos reais per capita. Isto é descontando a inflação e o crescimento da população. As duas séries nominais têm desempenho similar. Portanto a diferença real é explicada pelo fato de o deflator implícito do PIB subir no período cerca de 23 pontos de porcentagem acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – ou do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Sabemos exatamente o que os índices de inflação ao consumidor medem e que há um viés deles para cima por não incorporarem a possibilidade de substituição de bens que ficaram relativamente mais caros. Nos EUA esse viés tem correspondido a 0,25 ponto percentual por ano em uma inflação situada a menos de 2 pontos por ano em 2012. Logo, o crescimento real da renda na PNAD, deflacionada pelo INPC, é conservador. A discrepância entre o PIB e a renda média das famílias é ainda maior em 2012, não explicada neste caso pelos deflatores, com diferença de crescimento de quase 8 pontos de porcentagem. O Brasil real das pesquisas

domiciliares cresceu mais que o das Contas Nacionais de 2003 a 2012, diferença essa explicada pela trajetória dos deflatores e não das séries nominais.

A renda mediana da Pnad cresceu 78,4% entre 2003 e 2012. Ou seja, o João que habita o meio da Belíndia brasileira prosperou a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB. A renda dos 10% mais pobres cresceu 106,2%. Ou seja, quatro vezes mais que o PIB.

A ausência da PNAD de 2013 e de 2014 cria percalços empíricos. Recorremos à Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que já nos permite observar a estagnação da renda domiciliar per capita real entre março e junho de 2013, ao passo que o PIB do segundo trimestre de 2013 teve crescimento anualizado de 6% em dissonância com as manifestações de junho. Há gradativa retomada do crescimento ao longo dos três trimestres posteriores, atingindo 4,35% na média e 6,8% na mediana nos 12 meses até abril de 2014. O brasileiro mediano está tendo crescimento próximo ao da economia da China hoje, que, por sua vez, tem crescido cerca de dois pontos de porcentagem acima da renda de suas respectivas pesquisas domiciliares. Este descolamento do crescimento entre a renda das pesquisas que vão à casa das pessoas e o PIB, favorável ao último, é a regra observada na grande maioria dos países no período recente.

Igualdade – A desigualdade aumentou em 2/3 dos países, enquanto entre nossos dois últimos Censos a desigualdade caiu em 80% dos municípios brasileiros. Depois de 10 anos de queda ininterrupta, a desigualdade segundo o Gini se manteve praticamente estabilizada entre as PNADs 2011 e 2012, passando de 0,527 para 0,526. Esta estabilidade é consistente com os dados da PME nos mesmos períodos. A desigualdade volta a cair fortemente a partir de abril de 2013. A queda de quase 10 pontos de Gini nos últimos 12 anos é, sob qualquer comparação, espetacular.

O Brasil segue o caminho do meio, combinando crescimento da renda do conjunto das pessoas com redução de desigualdade entre elas. As séries tanto da média como da desigualdade da PME iniciada logo antes da conquista da Copa de 2002, chegaram às vésperas da Copa de 2014 exatamente em cima da linha de tendência. O crescimento anual da renda individual neste glorioso período 12 anos (3,06%) é muito próximo do observado nos últimos 12 meses (3,17%) ou 3 anos (3,18%). Há marcada queda da desigualdade horizontal. Cresce mais a renda de grupos tradicionalmente excluídos, como negros (4,4%); analfabetos (5,8%) e os da periferia (4,4%).

Dispomos dados posteriores até julho de 2014 apenas para as 4 principais metrópoles cobertas pela PME incluindo as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

Horizonte e Salvador que cobrem mais de 80% da amostra da PME. A média móvel de 12 meses da desigualdade medida pelo índice de Gini cai ao longo dos 7 meses abarcados em 2014 como um relógio a taxa de 0,1 ponto de porcentagem a cada mês. Este incremento da equidade corresponde a maior queda da desigualdade da PME nos últimos 10 anos. Como consequência apesar da desaceleração do crescimento médio da renda real para 3,58% em 12 meses, a respectiva mediana de renda cresce a taxa de 6,33% nos últimos 12 meses.

A PME é restrita à renda do trabalho nas maiores metrópoles. Ampliando o foco, nos 12 últimos meses terminados em julho de 2014, o valor real per capita dos benefícios da previdência cresceu 3,1% e o do Bolsa Família, 6,95%, computando o reajuste nominal de 10% incorporado a folha de junho de 2014. Complementarmente, ao abrirmos a cobertura das seis grandes metrópoles da PME para o país da PNAD Continua, o emprego floresce em maior quantidade, gerando um incremento de renda quase 1 ponto de porcentagem maior que o da PME. Tal resultado já era esperado à luz do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que já mostrava redução de 9% no número de novas carteiras de trabalho geradas nas cidades da PME contra um aumento de 22% no resto do país. Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho nas áreas metropolitanas da PME nos últimos meses são conservadoras.

Se, por um lado, há limitações nos dados da PME, por outro, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro dos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME (*booms* surgidos depois dos planos Cruzado e Real, assim como efeitos das crises externas de 1997, 1999 e 2008). A PME tem se revelado um excelente indicador antecedente da PNAD. Em dezembro de 2012, publiquei o Comunicado 158 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que antecipou pela PME os resultados da PNAD com nove meses de antecedência. Sugerimos crescimento da renda do trabalho de 6,1% (contra 7,5% da PNAD 2012), bem acima do Pibinho de 1%, e desigualdade relativamente estável em 0,522 (contra 0,526 da PNAD, nível ainda alto). Vide links: [Episodios](#) e [Comunicado 158](#)

Fazendo um exercício simples de antecipação das PNADs 2013 e 2014 a combinação de crescimento com maior equidade a renda mediana em termos reais per capita que constitui uma boa medida síntese de evolução do bem-estar geral da nação subiria num patamar em torno de 5% nas PNADs 2013 e 2014.

Sensibilidade - Há uma quarta dimensão de natureza subjetiva preconizada por Stiglitz-Sen-Fitoussi. Esta dimensão avalia a sensibilidade frente às demais dimensões objetivas analisadas. Ela não encontra eco nas estatísticas produzidas no Brasil. Em função dessa ausência, utilizamos o Gallup World Poll de 2013 e 2014 que cobriu a população com 15 anos ou mais em 143 países. O questionário aplica, entre outras, perguntas padronizadas de pesquisas internacionais. Mais especificamente, exploramos medições dos níveis de felicidade presente reportados diretamente pelas pessoas que é a mais utilizada do questionário por seu significado e sua aderência aos dados objetivos. A pergunta utilizada é simples, o entrevistado atribui uma nota de 0 a 10 sobre sua satisfação com a vida corrente. A nota média de felicidade presente brasileira é 7,0, o que coloca o Brasil em 17º lugar entre 143 países pesquisados¹.

Sustentabilidade - Os dados da PME permitem acompanhar a trajetória das mesmas famílias por curtos intervalos de tempo, permitindo medir as oportunidades de ascensão social efetivamente aproveitadas. No período 2002/2003, apenas 16 em cada 100 pessoas cruzaram a mediana de baixo para cima. Dez anos depois, 27 em cada 100 pessoas percorreram o mesmo trajeto, constituindo o pico da série de ascensão. No sentido oposto, o risco de regressão do brasileiro para baixo da mediana encontra-se num dos níveis mais baixos da série, em contraste com o risco-país.

Apesar do cenário macroeconômico adverso captado pelas Contas Nacionais, as pesquisas domiciliares abordadas revelam em 2014, uma até certo ponto surpreendente sustentabilidade do processo de crescimento inclusivo brasileiro.

¹Utilizamos o último ano disponível de 2013 ou 2014, segundo dados do Gallup World Poll. Entre os 143 países pesquisados em um dos anos, 44 deles foram pesquisados em 2014 inclusive o Brasil onde o trabalho de campo foi realizado em maio de 2014.

As Novas Transformações Brasileiras (até Julho de 2014)

A. Desenvolvimento Inclusivo Sustentável: Dimensões

O crescimento do PIB tem sido usado com frequência como medida resumo da performance econômica. Se quisermos aferir o progresso das sociedades, temos de nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana para além das variáveis macroeconômicas. Um bom roteiro nessa direção é encontrado no livro de dois Prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, além de Fitoussi: “*(Mis)Measuring Our Lives*”. O livro reflete as conclusões de uma comissão internacional de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades sintetizadas em algumas recomendações, aqui organizadas e nomeadas em quatro vertentes, a saber:

Prosperidade - O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no PIB. Em particular, enfatizar também as perspectivas de crescimento da média da renda e do consumo das famílias captadas a partir de pesquisas domiciliares para melhor aferir padrões da evolução material da vida média.

Sustentabilidade - Considerar estoques de ativos como, por exemplo, atributos ambientais para incorporar a durabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Vamos observar aqui os estoques de ativos captados pelas pesquisas e, em particular, a educação para analisar mais a evolução e estabilidade da renda do trabalho. Incorporamos um pouco indicadores de acesso a bens duráveis e a serviços públicos presentes em pesquisas domiciliares padrões, mas aqueles de natureza ambiental e de capital social estão excluídos da análise.

Equidade - Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição entre pessoas e entre grupos da sociedade. Isto é, devemos enxergar a desigualdade vertical e horizontal dos fluxos de renda e dos estoques de ativos. Em um país apelidado de Belíndia, este tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela.

Sensibilidade - Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captadas nas avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta

objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa evolução.

B. Plano do Trabalho

O presente texto busca medir o progresso brasileiro até 2014 e colocá-lo em perspectiva com aquele observado no período de prosperidade pregresso utilizando as três primeiras das principais recomendações da comissão citadas acima. Isto é, nos restringimos a aspectos objetivos da realidade tal como observados nas principais pesquisas domiciliares brasileiras. A pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou com a desaceleração do PIB ocorrida a partir de 2011? Em que dimensões? Ou seja, o desafio é tornar a análise a mais atual possível.

Além desta introdução e da conclusão o texto está dividido em duas grandes partes centrais. Na primeira parte olhamos, a partir da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD/IBGE), a evolução de indicadores sociais baseados em renda per capita, como aqueles ligados a crescimento da média e da mediana e de diversas medidas de desigualdade e de pobreza entre 1992 e 2012. Após uma breve análise introdutória da seção A, a seção B analisa o processo de descolamento de crescimento da média após 2003, quando a renda PNAD passa a superar o crescimento das contas nacionais. A seção C complementa esta análise abarcando o crescimento de renda em diferentes segmentos da distribuição de renda (mediana, vintis etc.) e de grupos tradicionalmente excluídos (analfabetos, negros, moradores do Nordeste e do campo, entre outros). Olhamos também indicadores clássicos de desigualdade vertical entre pessoas (Gini, Theil, razões de renda, 20+/20- etc.). Na seção D tratamos de indicadores de pobreza com ênfase no cumprimento do primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e nos seus determinantes próximos. A seção E consolida as principais mudanças observadas na PNAD.

Na segunda parte do texto procuramos atualizar a trajetória dos indicadores citados acima com base na Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE). Uma das vantagens da PME em relação à PNAD é a velocidade com que seus dados são coletados e difundidos, o que nos permite trazer a discussão para abril de 2014, ao passo que a última PNAD está hoje parada em setembro de 2012. A limitação é a cobertura geográfica dos dados, que abrangem apenas as seis principais áreas metropolitanas e a renda do trabalho. Por outro lado, a PME é uma pesquisa domiciliar como a PNAD e, portanto, passível de tratamento domiciliar per capita. A seção A analisa o crescimento da renda média e mediana a partir

de setembro de 2012 (data da última PNAD). Na seção B analisamos a evolução de medidas de desigualdade usuais (Gini e Theil-T) e, a fim de atualizar a evolução da desigualdade horizontal, calculamos o crescimento da renda individual de grupos urbanos tradicionalmente excluídos (mulheres, negros, pouco escolarizados e moradores de domicílios grandes e das periferias metropolitanas). Na sequência, analisamos a evolução da renda individual controlada por estas características a fim de isolar os efeitos temporais. Os resultados surpreendem, pois ambas as séries estão em abril de 2014 praticamente em cima da reta de tendência do período de ouro do mercado de trabalho pós-2002-03. Ou seja, apesar da desaceleração macroeconômica pós-2010, observamos manutenção das tendências de crescimento da renda e queda de sua desigualdade.

Na seção D, a possibilidade oferecida pela PME de acompanhar as mesmas pessoas e famílias ao longo do tempo nos permite aferir os riscos idiossincráticos trabalhistas. Os resultados revelam que, apesar das intempéries macroeconômicas, o risco de cair encontra-se num dos níveis mais baixos da série e a oportunidade de subir nunca foi tão alta quanto no biênio de 2013 a 2014.

Na busca do entendimento acerca da sustentabilidade prospectiva do processo, a seção E analisa os ingredientes trabalhistas destas mudanças recorrendo a indicadores clássicos do mercado de trabalho, como taxas de desemprego, de participação e horas trabalhadas do lado da quantidade de trabalho exercida e, complementarmente, do ponto de vista da determinação de salário-hora, traçamos a separação dos ganhos de escolaridade do valor da educação. Os resultados atestam crescente escassez de mão de obra, seja pela redução do efeito-quantidade ou pelo aumento de salário, que atestam a importância de se promover ganhos de produtividade do trabalho. A seção F faz uma avaliação das limitações dos dados da PME.

As principais conclusões do trabalho relativas ao período pregresso e algumas sugestões prospectivas de política pública de natureza macroeconômica são deixadas para o final.

Parte I - PNAD²

A - Renda, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais

Nesta seção, nós narramos a evolução dos principais indicadores de rendimentos, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais estimados a partir da Pnad/IBGE. Em seguida mostraremos a evolução da pobreza e da desigualdade de rendimentos medida pela renda domiciliar per capita. A questão que norteia essa parte é: como a renda, a pobreza e a desigualdade de rendimentos dos domicílios evoluíram nas duas últimas décadas? Para qualificar a informação, esses indicadores são comparados com aqueles obtidos a partir de outras fontes, como as Contas Nacionais (CN) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Como o ponto focal desta seção são os dados da Pnad, restringimos a análise ao período de 1992-2012, pois este compreende o período no qual a Pnad seguiu uma mesma metodologia de captação de dados de renda, ocupação e escolaridade, entre outros temas. Nesse período, a Pnad só não foi a campo em 1994, 2000 e 2010, estes dois últimos anos por conta da realização do Censo Demográfico.

A análise de alguns indicadores de rendimentos medidos a partir da Pnad e das Contas Nacionais demonstra discrepâncias. Seguindo a tendência observada desde 2004, a renda domiciliar per capita aumentou em 2012, atingindo o valor de R\$ 871,77. Em termos reais, foi uma evolução impressionante: crescimento de 8% em comparação com 2011, praticamente a mesma variação do poder de compra do salário mínimo entre outubro de 2011 e outubro de 2012³.

A evolução da renda domiciliar per capita medida pela Pnad contrasta com aquilo que se obtém do Sistema de Contas Nacionais e de seus agregados mais conhecidos: o PIB per capita e o consumo das famílias per capita. A taxa de variação destes dois últimos foi muito inferior: o PIB per capita cresceu 0,1% entre 2011 e 2012, e o consumo das famílias cresceu 2,2%. Esse descolamento entre a Pnad e as Contas Nacionais não é novo e já havia sido registrado em um documento anterior do Ipea (Neri e Souza, 2012). Apesar de o PIB per capita e a renda disponível bruta per capita não serem as melhores escolhas para se medir o padrão de vida das famílias – pois compreendem as fontes de rendimento de todos os agentes da economia: famílias, governo, empresas e instituições sem fins lucrativos – deveria se esperar uma melhor correspondência entre a despesa de consumo

² Diversos resultados apresentados nesta parte foram extraídos de Neri, Souza e Vaz (2013).

³ A comparação dos valores dos rendimentos reais entre outubro de 2011 e outubro de 2012 decorre do período de referência da Pnad.

das famílias captada pelas Contas Nacionais e a renda domiciliar per capita captada pela Pnad.

Taxa de variação anual dos indicadores de rendimentos e de consumo (%)

Indicador	1992/2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
PIB per capita	1,94	1,29	2,59	0,06
Consumo das famílias per capita	2,44	1,73	3,15	2,23
Renda per capita média	3,09	2,53	3,65	7,98
Renda per capita mediana	3,85	2,10	5,64	7,60
Salário mínimo*	2,49	-0,22	5,26	7,89
Pop. com conjunto básico de bens (p.p.)**	1,78	1,72	1,84	2,16
Pop. com conjunto básico de serviços (p.p.)***	0,93	1,06	0,81	0,98

Fonte: Ipea/SAE, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012. Sistema de Contas Nacionais.

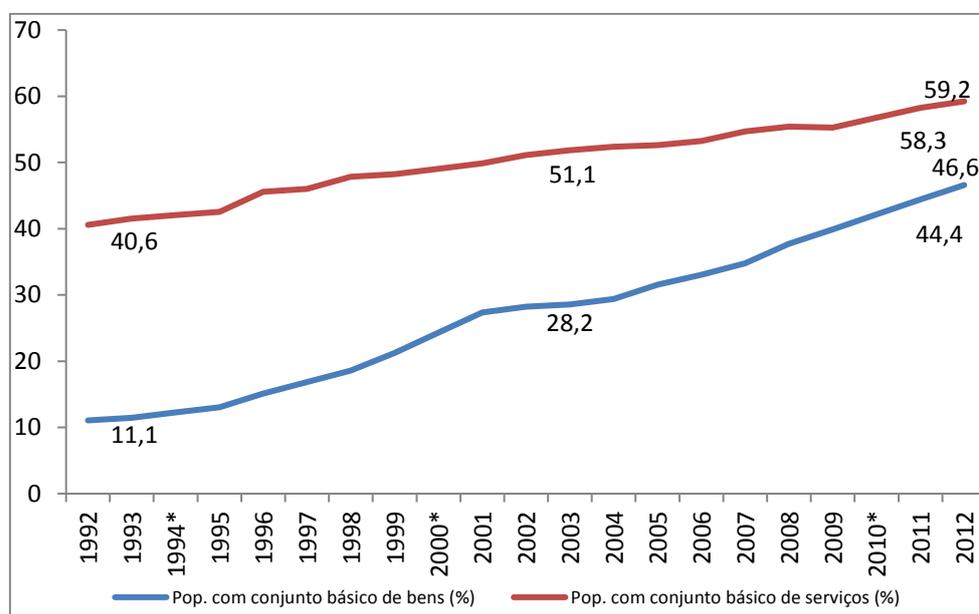
Nota: Dados da Pnad exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). *Taxa de variação do salário mínimo calculada de outubro do primeiro ano a outubro do último ano **Conjunto básico de bens = telefone (fixo ou celular), televisão em cores, fogão com duas bocas ou mais, geladeira, rádio e máquina de lavar. ***Conjunto básico de serviços = eletricidade + coleta de lixo (direta ou indireta) + esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) + água (rede geral).

A tabela mostra a taxa de variação da renda em períodos selecionados. Na comparação de décadas, observa-se que o período de 2002 a 2012 foi particularmente benéfico para as famílias: a renda domiciliar per capita aumentou 3,6% ao ano *vis-à-vis* 2,5% na década anterior, e resultados semelhantes foram sentidos para o PIB per capita e para o consumo per capita das famílias. O salário mínimo, que viu seu poder de compra diminuir 0,22% ao ano entre 1992 e 2002, na década seguinte subiu 5,26% anuais além da inflação, contribuindo para o aumento da renda das famílias e para a queda da desigualdade observada nesse período.

Os avanços mostrados pela Pnad não se restringem apenas à renda domiciliar; em 2012 observou-se também uma expansão no número de pessoas com acesso a serviços públicos essenciais e a uma combinação de bens de consumo duráveis. O percentual de pessoas que tiveram acesso simultaneamente a energia elétrica, coleta de lixo (direta ou indireta), esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) e acesso adequado à rede geral de água aumentou 1 ponto percentual (p.p.) em 2012, atingindo o universo de 59,2% da população. Da mesma forma, houve um aumento de 2,2 p.p. da

população moradora em domicílios com telefone, televisão a cores, fogão com duas bocas ou mais, geladeira, rádio e máquina de lavar, que corresponderam a 46,6% da população em 2012. No período de 1992 a 2012, a população que teve acesso a serviços públicos essenciais e a bens duráveis básicos aumentou 0,9 p.p. e 1,8% p.p ao ano, respectivamente. Tanto para todo o período quanto para cada década separadamente, a conclusão que se tira dos dados da Pnad é que as condições privadas de vida das famílias – representadas tanto pela renda domiciliar per capita quanto pela posse de bens duráveis – avançaram mais do que a provisão de serviços públicos essenciais por parte do Estado.

Posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais, 1992-2012



Fonte: Ipea/SAE, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

B. Sobre a evolução do crescimento da renda nas Contas Nacionais e na PNAD

1. Evolução das Rendas Reais

A PNAD nos permite traçar um retrato amplo das mudanças observadas na vida dos brasileiros. Os microdados são tornados públicos pelo IBGE simultaneamente com análises e tabulações feitas pela equipe do instituto, permitindo a qualquer um replicá-las e desenvolver suas análises. Em 2012, quando o PIB cresceu 0,9%, ou 0,1% em termos per capita, a renda real por brasileiro da Pnad deflacionada pelo INPC cresceu 7,98%. Esta discrepância de quase 8 pontos de porcentagem não está isolada, ocorrendo de forma sistemática desde 2003.

Entre 2003 e 2012 o crescimento do PIB foi cerca de 22,5 pontos de porcentagem abaixo do crescimento da renda média da PNAD, ambas medidas em termos reais. As trajetórias das séries nominais são muito diferentes em 2012, com crescimento 6,9 pontos de porcentagem maior na PNAD. Já no período 2003 a 2011, a diferença acumulada destas séries nominais é de apenas 1,05 ponto favorável à PNAD. Se os deflatores não explicam diferenças reais observadas em 2012, no período de 2003 a 2011 eles parecem explicar a totalidade das diferenças de 11,3 pontos de porcentagem favoráveis à PNAD. Em suma, as diferenças de medidas de crescimento real decorrem das discrepâncias entre os deflatores utilizados entre 2003 e 2011⁴ mas devem buscar outra interpretação no caso de 2012 visto isoladamente.

Embora exista considerável grau de consenso sobre a magnitude da queda da desigualdade apontada acima, o mesmo não ocorre com relação à correta magnitude da taxa de crescimento da renda per capita. Esta discordância decorre das diferenças no crescimento da renda per capita segundo as pesquisas domiciliares como a PNAD e as obtidas com base no Sistema de Contas Nacionais. Segundo a PNAD, a renda per capita das famílias brasileiras cresceu em média (em termos reais) 4,8% ao ano entre 2003 e 2009 como também crescem 4,8% ao ano entre 2003 e 2012. Segundo o Sistema de Contas Nacionais, o PIB per capita brasileiro cresceu em média (em termos reais) a 2,8% ao ano entre 2003 e 2009 e 2,9% ao ano entre 2003 e 2012 – e, portanto, a uma velocidade muito inferior à estimada pelas pesquisas domiciliares. Pela PNAD, a renda familiar per capita em 2009 seria 32% maior em termos reais que a correspondente renda em 2003;

⁴Neri (2012) apresenta esta explicação para a discrepância entre PIB e PNAD, discutida pelo autor desde meados da década passada (vide também Neri 2009). Esta seção se baseia em trabalho em curso com Ricardo Paes de Barros e Diana Grosner.

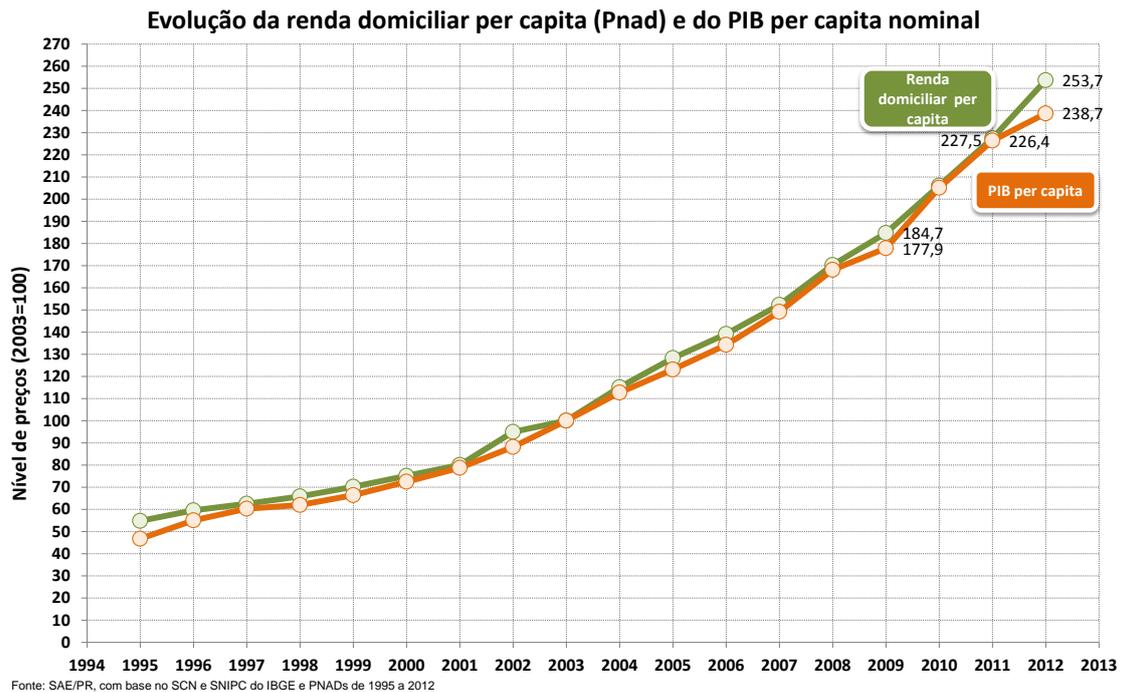
pelas contas nacionais, o PIB per capita de 2009 seria apenas 18% maior que o de 2003, indicando que a renda per capita teria crescido 14 pontos percentuais a menos do que o estimado com base nas pesquisas domiciliares. Segundo o Sistema de Contas Nacionais, o PIB per capita em 2012 seria 29,5% maior que em 2003; já segundo a PNAD, a renda per capita das famílias seria 52% maior em 2012 do que em 2003, indicando que a renda per capita teria crescido 22,5 pontos percentuais a menos do que o estimado com base nas pesquisas domiciliares.

A importância de complementarmos a análise de crescimento proporcionada pelas contas nacionais com outra baseada em pesquisas domiciliares tipo PNAD é a primeira recomendação da comissão de notáveis comandada pelos ganhadores de prêmio Nobel Joseph Stiglitz e Amartya Sen sobre como medir o progresso das sociedades. Conforme Ravallion (2001) demonstra, na grande maioria dos países o PIB cresce mais que as pesquisas domiciliares, mas no Brasil tem ocorrido o oposto desde 2003.

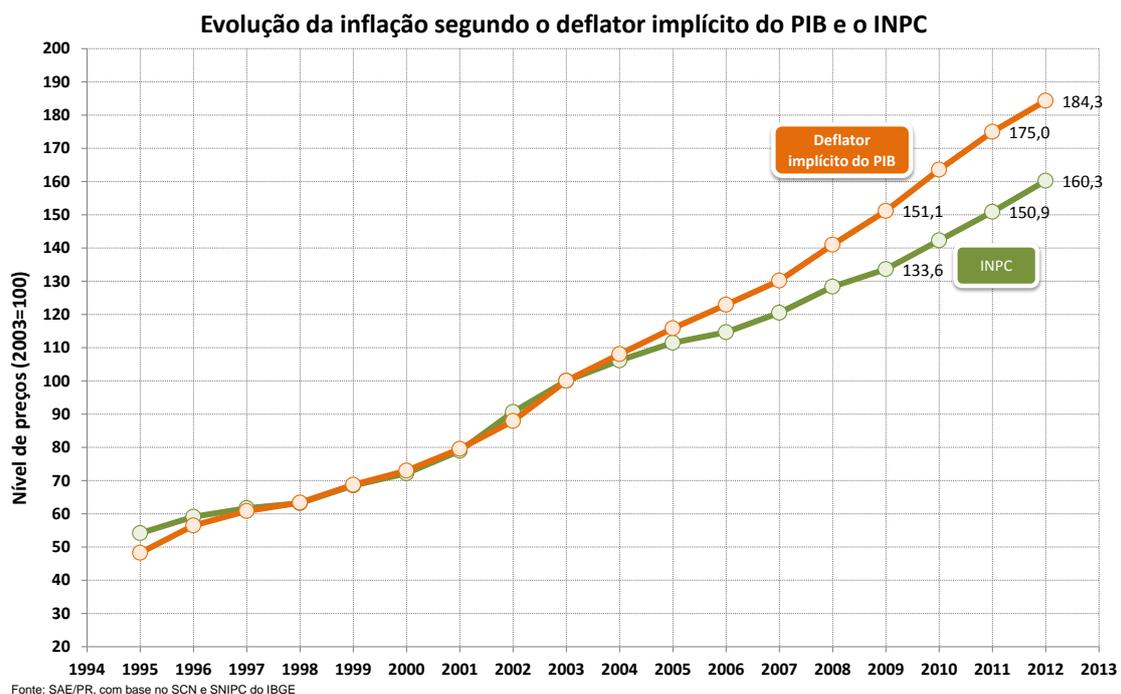
2. Evolução das rendas nominais

A evolução da renda real pode ser decomposta em dois componentes: a evolução da renda nominal e a taxa de inflação acumulada no período. Em princípio, as pesquisas domiciliares oferecem estimativas apenas da evolução da renda nominal. A evolução da renda real é obtida deflacionando-se a evolução da renda nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). De forma similar, o Sistema de Contas Nacionais também produz estimativas da evolução do PIB per capita nominal, que, com base no seu deflator implícito, é convertido em valores reais.

Assim, qualquer diferença na evolução dos valores reais pode sempre ser decomposta em um componente devido a diferenças na evolução nominal e em outro devido a diferenças no deflator utilizado. No caso do contraste entre o crescimento real na renda familiar per capita e no PIB per capita, praticamente toda a diferença se deve a diferenças nos deflatores. De fato, entre 2003 e 2012 a renda per capita em valores nominais, segundo a PNAD, cresceu 153% e o PIB per capita segundo o SCN cresceu 138,7%. Assim, em termos nominais as diferenças são pequenas, com a renda per capita segundo a PNAD crescendo 10,9% ao ano e pelo SCN, o PIB per capita cresceu 10,1% ao ano, em média. Se usarmos 2011 como divisor de águas, a variação acumulada é praticamente idêntica.



As taxas de inflação utilizadas, entretanto, são muito diferentes. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, a inflação acumulada entre 2003 e 2012 foi de 60,3%, enquanto, segundo o deflator implícito do PIB, a inflação acumulada foi de 84,3%. Ou seja, pelo deflator implícito do PIB, a taxa anual média de inflação no período foi de 7%, ao passo que a estimada utilizando-se o INPC ficou em reduzidos 5,4% ao ano.



Em suma, a taxa de crescimento da renda per capita real, estimada com base na combinação PNAD-INPC, é maior que a do PIB real per capita estimado com base no SCN apenas em função de diferenças nos índices de preços. De fato, a taxa de crescimento dos valores nominais é bem semelhante entre PNAD e SCN. Assim, é a diferença na taxa de inflação que explica toda a diferença nas taxas de crescimento no valor real da renda. Segundo o deflator implícito do PIB, a taxa de inflação anual média no período 2003-2009 foi quase 2 pontos percentuais maior que aquela medida pelo INPC.

3. Evolução do rendimento do trabalho na PNAD e no SCN

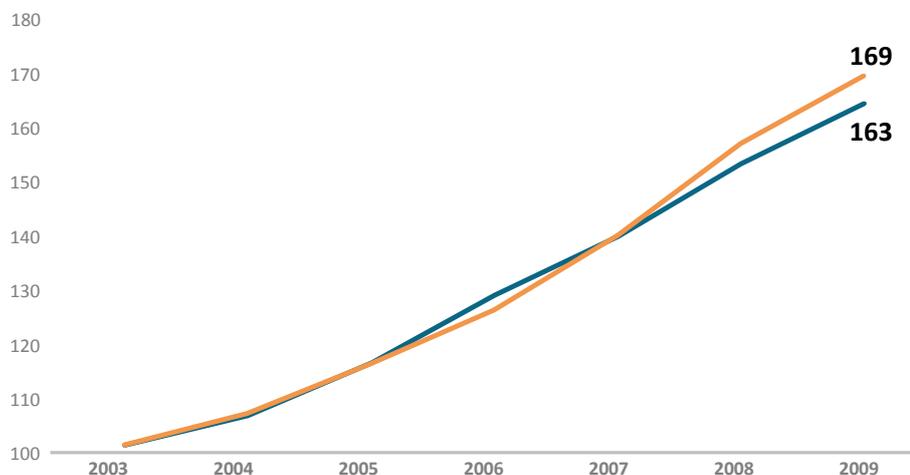
Na verdade, diferenças nas evoluções do PIB e da renda familiar per capita, seja em valores reais ou nominais, são esperadas, uma vez que medem conceitos diferentes. Nem todo o valor agregado decorrente da produção nacional (PIB) torna-se "renda disponível das famílias", na medida em que parte não é distribuída às famílias sendo diretamente investida pelas empresas, parte torna-se gasto público. Assim, em princípio, o PIB e a renda apropriada pelas famílias podem seguir trajetórias diferentes.

Cerca de metade do PIB é formada pela renda do trabalho, aí incluída a remuneração dos empregados e o rendimento dos trabalhadores por conta própria e pequenos empreendedores (consiste no chamado "rendimento misto bruto"). Esta parcela da renda, ao contrário das demais, tem uma clara contrapartida nas pesquisas domiciliares. Tanto pela PNAD como pelo SCN, pode-se acompanhar a evolução da remuneração do trabalho agregada de toda a força de trabalho e, também, a remuneração média por ocupação. Em ambos os casos, apenas os valores nominais são estimados⁵. As estimativas por ano por ocupação são apresentadas no gráfico abaixo tomando 2003 como base.

⁵ O IBGE não indica o deflator mais apropriado para renda do trabalho no Sistema de Contas Nacionais.

Renda nominal do trabalho PIB X Renda nominal do trabalho PNAD

Real Per Capita 2003 = 100



Fonte: SAE/PR a partir dos microdados da PNAD/IBGE e das Contas Nacionais

Estes gráficos revelam que a remuneração por ocupação tende a ser maior quando estimada com base no SCN do que quando estimada com base na PNAD. Apesar desta diferença de nível, estes gráficos revelam que ao longo do período 2003-2009 as taxas de crescimento foram similares segundo as duas pesquisas, embora ligeiramente maiores no SCN. De fato, segundo a PNAD, a remuneração nominal do trabalho por ocupação entre 2003 e 2009 cresceu em média 8,5% ao ano, enquanto que, segundo o SCN, o crescimento foi de 9,1%. Entre 1999 e 2009 as taxas estimadas para o crescimento do rendimento nominal também são similares: 8,1% segundo a PNAD e 8,9% segundo o SCN.

Em suma, assim como no caso da renda per capita, também no caso da remuneração do trabalho as estimativas com base no SCN apresentam taxas de crescimento similares às propostas pela PNAD. Desta forma, resta claro que não existe evidência alguma de que a taxa de crescimento da renda nominal estimada com base na PNAD esteja de alguma forma sobre-estimada. Se a evolução da renda real mostrar alguma evidência de superestimação, este viés deve ser atribuído à escolha do índice de preço utilizado para traduzir remunerações nominais em reais. Sabemos exatamente o que os preços ao consumidor medem e que há um viés deles para cima por não incorporarem a possibilidade de substituição de bens que ficaram relativamente mais caros. Nos EUA esse viés tem correspondido a 0,25 ponto percentual por ano em uma inflação a menos de 2 pontos por ano em 2012.

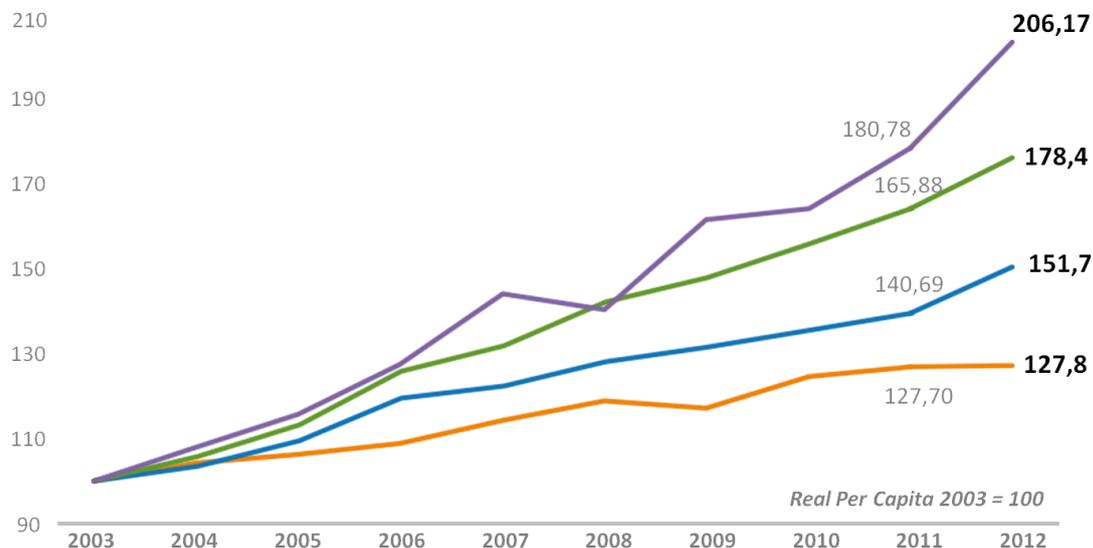
Em 2012, o crescimento da renda por brasileiro foi 7,98%, já descontada a inflação e o crescimento populacional, mais do que o PIB per capita chinês (7,3%). Em 2012, a renda da Pnad cresceu 8 pontos percentuais acima do PIB brasileiro. O Brasil das pesquisas domiciliares tem crescido mais que o das Contas Nacionais.

C. Desigualdade

1. Crescimento Inclusivo

A distribuição dos frutos do crescimento entre brasileiros pode ser vista em detalhe na Pnad. Entre 2003 e 2012, a renda mediana – aquela do brasileiro típico, o João ou a Maria bem no meio da população se esta for ordenada do mais pobre ao mais rico – subiu 78%. Supera os 52% da renda média, em que o crescimento das maiores rendas pesa mais, e os 28% do PIB per capita. O maior crescimento foi o dos 10% mais pobres, cuja renda subiu 106%, sempre medindo em termos reais por pessoa, ou seja, descontando a inflação e o crescimento populacional, conforme o gráfico.

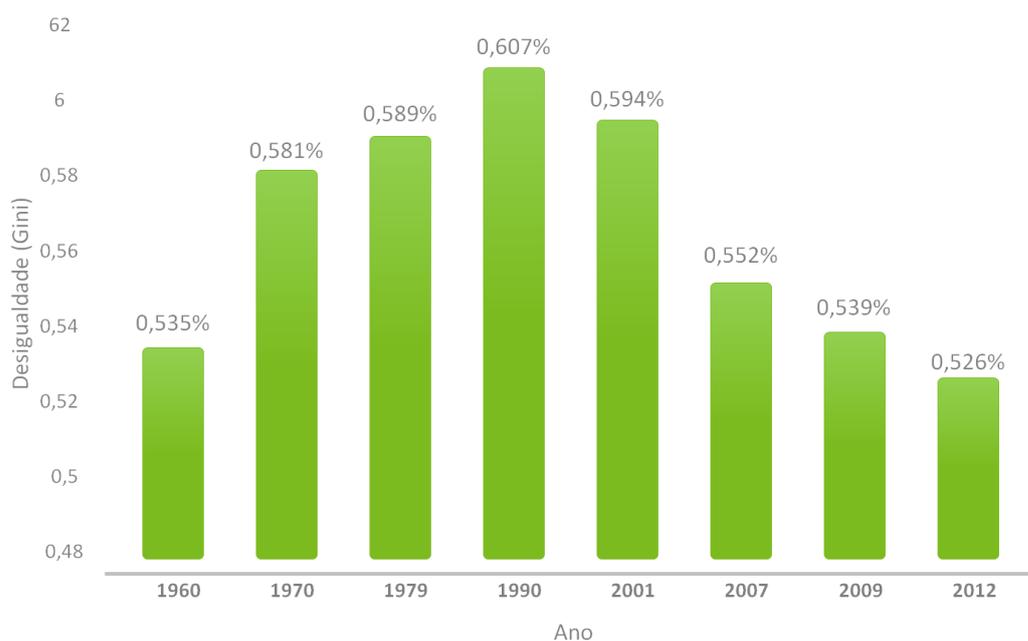
PIB X Renda Média PNAD X Renda Mediana PNAD X 10% Menos



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD/IBGE e das Contas Nacionais

A desigualdade, que cai há pouco mais de dez anos no Brasil, sobe em dois terços dos países do mundo segundo a Unesco. Hoje temos o menor nível de desigualdade da nossa História estatisticamente documentada. E a desigualdade segue em queda.

Desigualdade de Renda Per Capita

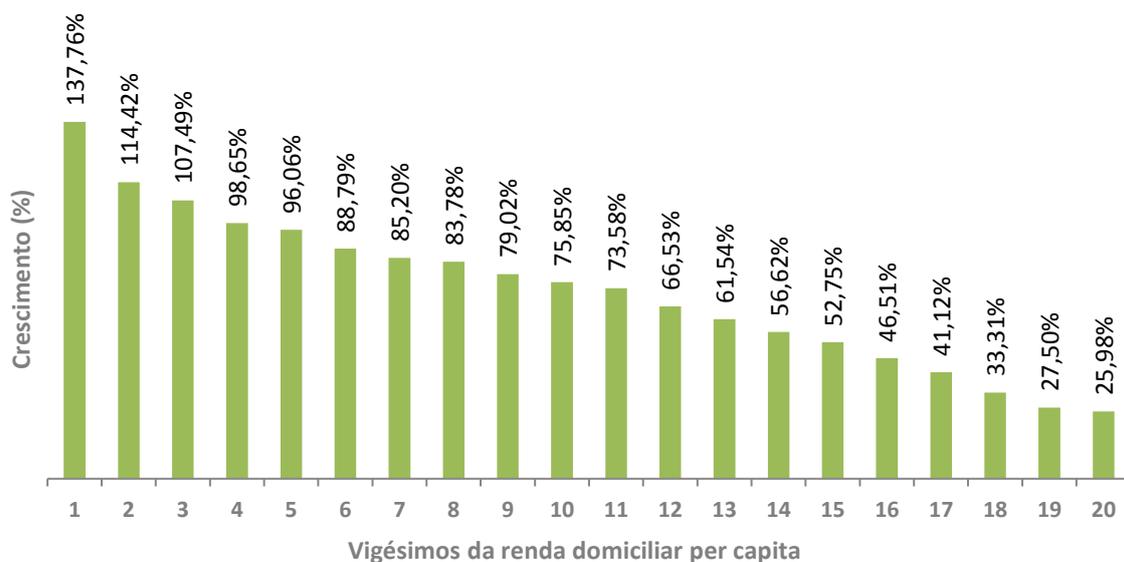


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973

Acompanhar indicadores de desigualdade baseada em renda per capita dos brasileiros até o começo da década passada era um exercício frustrante. A alta desigualdade brasileira se comportava desde 1970 como se fosse uma constante da natureza, enquanto a renda média flutuava ao sabor de choques externos e de políticas internas em torno da tendência nula assumida nas chamadas décadas perdidas. A partir de 2001 a desigualdade, medida pelo índice de Gini, cai entre todas as sucessivas PNADs da década, de forma que chegamos ao nível mais baixo da série histórica que começa no Censo de 1960, conforme o gráfico abaixo.

A fim de se fornecer uma noção mais intuitiva da mudança distributiva observada, o gráfico seguinte mostra a variação da renda domiciliar per capita de cada vintil da população entre 2001 e 2012, período em que a desigualdade brasileira cai, ordenada dos mais pobres para os mais ricos. A análise mostra que as pessoas mais pobres foram bastante beneficiadas nos últimos 10 anos: enquanto a renda média real acumulada dos 5% mais pobres aumentou 138%, o aumento para os 5% mais ricos foi de 26%.

Taxa de variação da renda domiciliar per capita por Vintis da população, 2001-2012 (%)

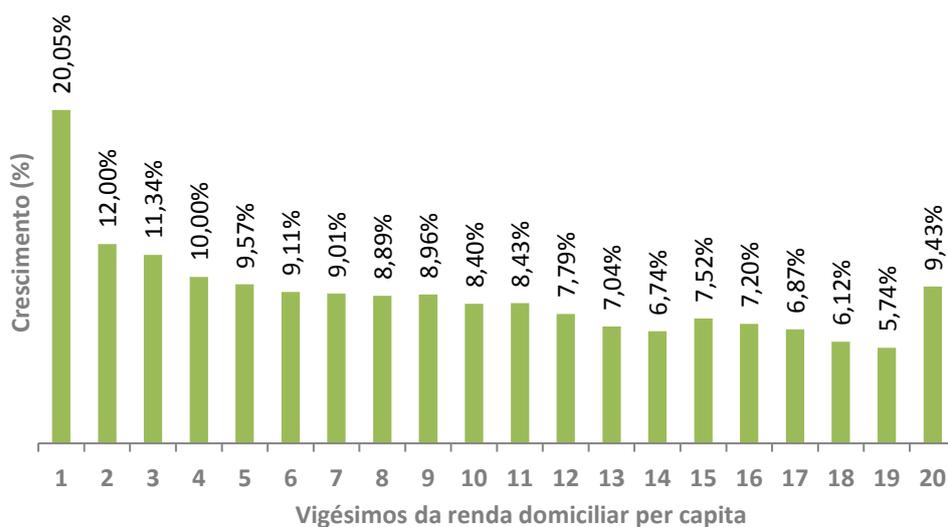


Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados das Pnads 2001 e 2012.

Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Olhando para as mudanças observadas no último ano vemos que enquanto os 5% mais pobres experimentaram um aumento de 20,1% nos rendimentos domiciliares per capita, o aumento de renda obtido pelos 5% mais ricos foi de 9,4%.

Taxa de variação da renda domiciliar per capita por Vintis da população, 2011-2012 (%)



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados das Pnads 2011 e 2012.

Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

Não obstante o crescimento da renda ter sido maior para os décimos mais pobres, as diferenças de renda entre as famílias permaneceram muito elevadas: o rendimento dos 40% mais pobres foi de R\$ 241,81 per capita, enquanto os 5% mais ricos tiveram um rendimento médio de R\$ 5.178,37 per capita. Embora o índice de Gini tenha caído apenas de 0,527 para 0,526, para uma percepção mais completa da evolução da desigualdade, no entanto, é necessário recorrer ao uso de outros indicadores sintéticos, os mais notórios sendo a medida L de Theil. As diferenças de valores entre o Gini e o Theil-L devem-se à sensibilidade que estes índices possuem às transferências regressivas que ocorrem em diferentes partes da distribuição. Além da queda dos índices de Gini de -0,3% e de Theil-L de -1,1%, a razão 20+/20- que representa quanto os 20% mais ricos da população abocanham do bolo de rendimentos em relação aos 20% mais pobres cai -3,4%. Quanto maior for essa razão, mais desigual é a sociedade.

O fato dos indicadores de desigualdade não apresentarem comportamento unânime em determinados períodos deve-se à sensibilidade desses indicadores a transferências de rendas que ocorrem entre pessoas em diferentes pontos da distribuição. Ou seja, nenhum indicador está errado: eles apenas diferem no que diz respeito ao julgamento normativo que possuem sobre a desigualdade em diferentes pontos da distribuição. Para um índice que atribua grande sensibilidade às transferências de renda que ocorram entre os mais pobres, importa pouco o que tenha ocorrido aos mais ricos⁶.

2. Desigualdade Horizontal

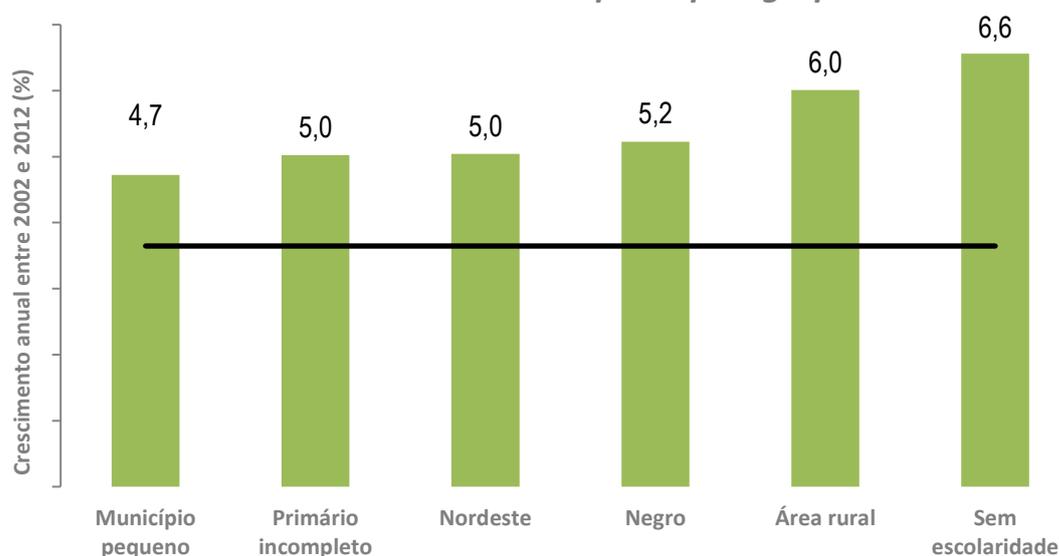
Um dos aspectos mais notáveis das mudanças sociais no Brasil desde o início dos anos 1990 diz respeito à diminuição das desigualdades entre grupos, com forte crescimento da renda principalmente entre as camadas historicamente menos privilegiadas. Para ilustrar a magnitude do fenômeno, o gráfico abaixo apresenta o crescimento percentual (média anual) entre 2002 e 2012 da renda domiciliar per capita real de grupos selecionados da

⁶Uma forma de comparar a desigualdade em dois períodos no tempo que contemple vários julgamentos normativos é feita com as chamadas curvas de Lorenz usadas para uma análise de dominância da desigualdade. Um resultado da literatura é que se uma curva de Lorenz domina a outra, qualquer medida de desigualdade válida terá que ser menor. Comparando-se tais curvas de 2012 com 2011, percebe-se que também não é possível tecer considerações unânimes a respeito da evolução da desigualdade nesse período. Isso porque a curva de Lorenz de 2012 cruza a de 2011 aproximadamente no Centil 88, denotando a falta de dominância de uma curva em relação à outra. Apenas um índice de desigualdade que atribui grande sensibilidade às transferências que ocorrem entre os indivíduos mais ricos, como o Gini, seria capaz de apontar um aumento na desigualdade para curvas que se cruzam apenas no Centil 88. Para a maior parte dos índices de desigualdade usados houve uma queda na desigualdade de rendimentos entre 2011 e 2012.

população: moradores da região Nordeste; moradores de áreas rurais; moradores de municípios pequenos (não auto representativos nas Pnads); moradores de domicílios chefiados por mulheres; moradores de domicílios chefiados por pretos ou pardos; moradores de domicílios chefiados por indivíduos sem nenhuma escolaridade; e moradores de domicílios chefiados por indivíduos que não completaram o 5º ano (antiga 4ª série). A linha horizontal mostra o crescimento médio do Brasil como um todo.

Como se vê, a maior parte desses grupos teve crescimento substancialmente maior do que a média nacional, com destaque para os moradores de áreas rurais e de domicílios chefiados por indivíduos sem escolaridade. O caso deste último grupo é bastante instrutivo: em 1992, 19% dos brasileiros viviam em domicílios cuja pessoa de referência não tinha escolaridade e sua renda per capita média era de R\$ 198, pouco mais de 40% da média nacional. Com as melhoras educacionais, em 2012 esse percentual caiu para 9% da população, com renda per capita média de R\$ 437, ou 50% da média nacional. Todos os grupos excluídos analisados conseguiram aumentar sua renda per capita em ritmo substancialmente maior do que a média nacional, diminuindo as desigualdades. No caso dos moradores de domicílios com chefe sem escolaridade e de moradores de áreas rurais, as taxas de crescimento atingiram a casa dos 6,6% e 6% ao ano, valor muito superior aos 3,6% registrados para o Brasil.

Crescimento anual da renda domiciliar per capita grupos 2002 a 2012



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados das Pnads 1992 e 2012.

Observação: exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

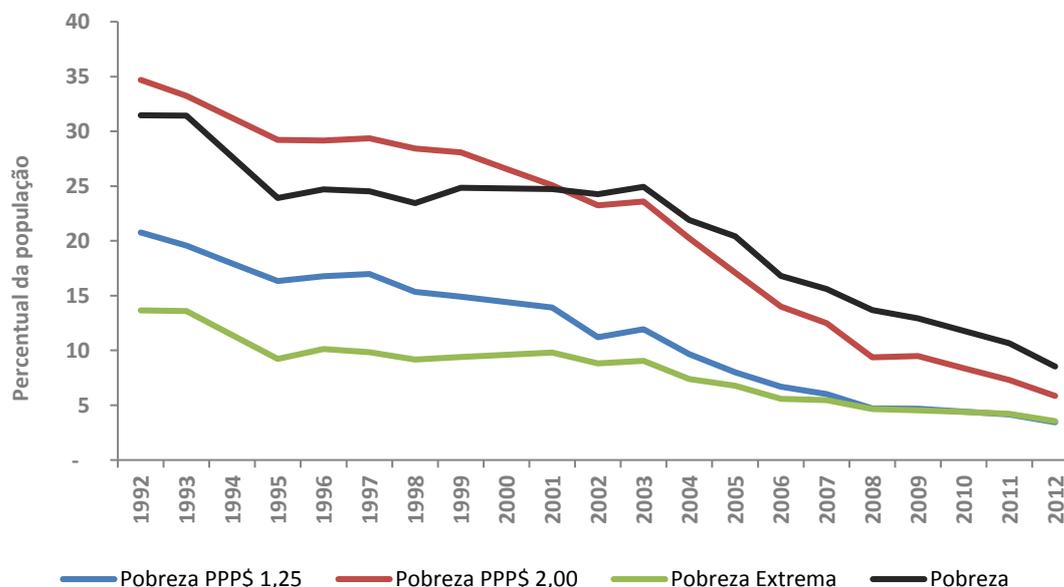
D. Pobreza

A pobreza, assim como a desigualdade, pode ser medida de diferentes formas. A medida de pobreza mais utilizada nos trabalhos acadêmicos é a proporção de pobres. O gráfico seguinte mostra a evolução da pobreza no Brasil no período 1992-2012, medida pela proporção de pobres. Foram consideradas quatro linhas de pobreza distintas: duas delas referentes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (US\$ 1,25 e US\$ 2,00 diários, convertidos pela paridade do poder de compra – PPP) e duas delas referentes aos critérios de elegibilidade para acesso a programas federais de transferência de renda (R\$ 70,00 e R\$ 140,00 mensais, adotados em julho de 2011, corrigidos pelo INPC).

O Brasil tinha em 2012 cerca de 6 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou cerca de 3,5% da população, pelos dois critérios. No que se refere à pobreza, dependendo do critério adotado, conclui-se que o Brasil tinha 10 ou 15 milhões de pessoas vivendo na pobreza, ou entre 5,8% e 8,5% da população, respectivamente.

Mais importante do que a diferença de números está a trajetória da pobreza na última década: desde 2004 a pobreza tem diminuído consistentemente, resultado tanto do aumento da renda domiciliar per capita quanto da queda da desigualdade observada nesse período.

Evolução da pobreza segundo a proporção de pobres, 1992-2012



Fonte: Ipea/SAE, a partir dos microdados das Pnads 1992-2012.

Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

Na comparação entre as décadas, o período de maior redução da pobreza ocorreu entre 2002 e 2012: tomando as linhas dadas, a redução no número de pessoas na extrema pobreza foi de 10,4% ao ano, contra 4,2% na década anterior. Se usarmos as linhas internacionais de pobreza e de extrema pobreza das metas do milênio da ONU, as duas caem de forma significativa, desde 2002, atingindo com folga a meta já em 2008.

Varição Acumulada da Pobreza desde 2002 - U\$ 1,25 PPP



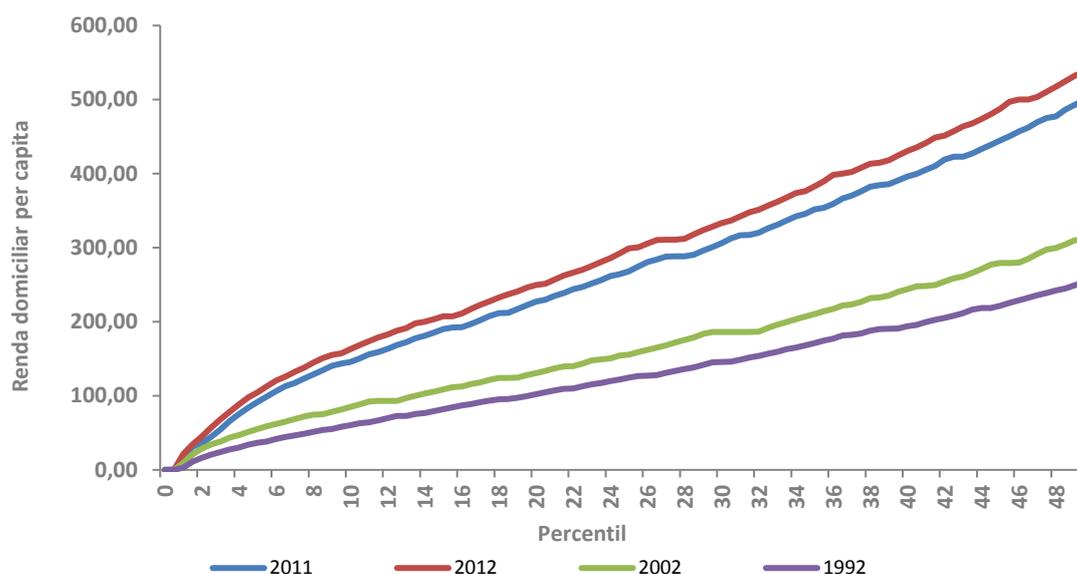
Fonte: Ipea/SAE, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

A profusão de linhas e medidas de pobreza pode fazer pensar que a adoção de diferentes critérios poderia levar a conclusões diferentes a respeito da evolução da pobreza. Felizmente existe uma forma de comparar a dominância da pobreza em um ano com a pobreza de outro ano, tal como ocorre com os índices de desigualdade. No caso da pobreza, isso é feito com o uso das Paradas de Pen, que correspondem a uma visualização da renda domiciliar per capita das pessoas situadas em cada percentil da distribuição (Medeiros, 2006). Se uma curva se situa acima da outra, então, para uma linha de pobreza arbitrária fixa, a pobreza medida por qualquer critério será menor.

O gráfico abaixo mostra que há dominância da curva de 2012 em relação a 2011, ou seja, para qualquer linha de pobreza fixa e qualquer medida que se utilize, a conclusão que se obterá é que houve uma redução na pobreza nesse período. Tomando os anos de 1992, 2002, 2011 e 2012, todas as curvas posteriores dominam as anteriores, mostrando nesses períodos uma inequívoca redução da pobreza, medida sob qualquer critério.

Parada de Pen em anos selecionados



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Notas: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

1. Decomposições de mudanças da extrema pobreza

Como vimos, houve uma grande redução da extrema pobreza no Brasil desde 1992 e especialmente depois de 2002, com importantes ganhos de bem-estar para milhões de brasileiros. O percentual de pobres extremos – ou seja, a incidência da extrema pobreza, medida pela linha atualizada de R\$ 70 em julho de 2011 – despencou de quase 14% para menos de 4% da população brasileira.

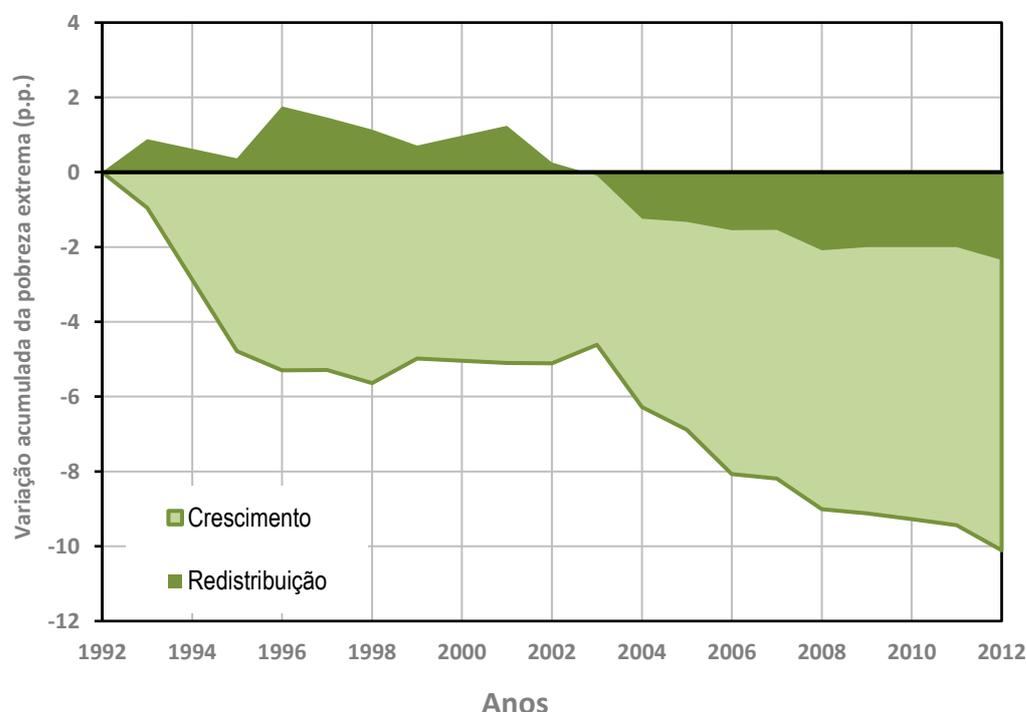
Em um sentido técnico, há dois componentes imediatos que podem provocar variações na incidência da pobreza extrema: o crescimento econômico, entendido como o aumento da renda média, e a redistribuição de renda, isto é, a diminuição da desigualdade. Assim, podemos decompor mudanças na pobreza extrema justamente para medir a importância relativa desses dois componentes (Kakwani e Subbarao, 1990; Datt e Ravallion, 1992; Kakwani, 2000).

O próximo gráfico traz a contribuição acumulada de cada componente para a queda do percentual de pobres extremos desde 1992 até 2012. A soma de ambos equivale à variação acumulada total.

Nos primeiros anos da década, em especial no momento do Plano Real, há uma grande contribuição do crescimento para reduzir a desigualdade. O fraco desempenho entre 1998 e 2003, todavia, acarretou leve retrocesso. Somente com a retomada da atividade econômica, em meados dos anos 2000, o componente crescimento volta a contribuir fortemente para a queda da pobreza extrema.

Já o componente redistribuição apresenta comportamento distinto: até 2003, sua contribuição é positiva, isto é, para o aumento da pobreza extrema em função de mudanças negativas para os mais pobres nos primeiros centésimos da curva de Lorenz. A partir de 2003, ocorre uma virada: com a continuidade da queda da desigualdade, também o componente redistribuição passa a contribuir para a redução da pobreza extrema. Em outras palavras, a maior parte da queda da pobreza extrema em todo o período ocorreu na última década, impulsionada tanto pelo crescimento quanto pela redistribuição, embora o primeiro componente tenha contribuição perceptivelmente maior.

Variação acumulada da incidência da pobreza extrema (p.p.) - Brasil, 1992/2012



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012. Excluídas áreas rurais da região Norte. Os valores para 1994, 2000 e 2010 foram obtidos por interpolação linear. Linha de pobreza extrema de R\$ 70 per capita em valores de julho de 2011.

Para facilitar a comparação, a tabela abaixo traz os números para os mesmos três períodos analisados anteriormente: 1992/2012, 2002/2012 e 2011/2012. No período todo, o crescimento da renda média respondeu por quase 80% da queda de 10,1 pontos percentuais (p.p.) na incidência da pobreza extrema. Nos dois subperíodos mais recentes, contudo, tanto crescimento quanto redistribuição tiveram contribuições semelhantes, inclusive quando se olha apenas para a variação entre 2011 e 2012. A explicação para

isso, como se depreende do gráfico abaixo, está no período de crescimento com piora da redistribuição durante os anos 1990.

Decomposição das variações da extrema pobreza em crescimento e redistribuição (p.p)

Componentes	Variação na incidência da pobreza extrema (p.p.)		
	1992/2012	2002/2012	2011/2012
Crescimento	-7.8	-2.7	-0.3
Redistribuição	-2.3	-2.6	-0.3
Total	-10.1	-5.3	-0.7

Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados da Pnad 1992, 2002, 2011 e 2012. Exclusive áreas rurais da região Norte. Linha de pobreza extrema de R\$ 70 per capita em valores de julho de 2011.

Esses números reiteram a importância de ambos os componentes para promover a redução rápida da pobreza extrema. Com efeito, o intervalo entre 2011 e 2012 testemunhou a maior queda anual da taxa de extrema pobreza desde 2008 justamente porque houve a combinação de bom crescimento da renda per capita com redistribuição a favor dos mais pobres (que nem sempre é captada com precisão em índices sintéticos, como o Gini, mais sensível a mudanças perto do meio da distribuição).

E. Paradoxos da última Pnad

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) é a melhor janela de que dispomos para observar os brasileiros em suas casas. A última Pnad, a de 2012, surpreendeu. A pobreza caiu 19,8%. Em pleno ano do pibinho, cerca de 3,5 milhões de brasileiros saltaram a linha de pobreza de R\$ 150 reais. Já descontada a inflação, o crescimento da renda por brasileiro foi 7,98%, maior que o do PIB per capita chinês (7,3%). Também em 2012, a renda da Pnad cresceu 8 pontos percentuais acima do PIB brasileiro. A dissonância entre o observado e o esperado é gigantesca, mesmo para quem observou no final de 2012 uma taxa de crescimento pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 5 pontos percentuais acima do PIB⁷, ou ainda os descompassos de crescimento entre PNAD e PIB de 14 pontos no período 2003 a 2011. O Brasil dos brasileiros em suas casas tem crescido mais que o Brasil dos economistas.

⁷ O Comunicado 158 do Ipea que escrevi antecipa com base na PME dois resultados da PNAD 2012 frente a do ano anterior, quais sejam: o crescimento da renda domiciliar bastante superior ao PIB e a estabilidade do índice de Gini.

Quase $\frac{3}{4}$ do avanço registrado pela Pnad se deve ao forte crescimento do mercado de trabalho, principalmente pelo aumento do salário e não tanto pelo crescimento na ocupação, pois o país vive um momento de virtual pleno emprego. Houve uma melhora em termos de formalidade e mais acesso a direitos trabalhistas. Fundamentalmente, é uma economia em que o mercado de trabalho está descolado do crescimento do PIB. São dois Brasis em movimentos distintos.

A desigualdade medida pelo índice de Gini fica quase parada, passando de 0,527 para 0,526 entre 2011 e 2012 após cair continuamente por 10 anos consecutivos. A medida criada por Gini, que diziam ser um gênio, varia de 0 a 1. Zero quando todos são iguais e um quando uma só pessoa tem toda a renda da sociedade. Ou seja, ainda estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da plena equidade. Entretanto, o Gini da Pnad é o menor da série histórica iniciada em 1960.

A aparente estabilidade da distribuição de renda no ano passado sob a ótica do Gini esconde melhorias dos extremos. O ganho de 14% entre os 5% mais ricos foi compensado por um ganho de 20,1% entre os 5% mais pobres. O crescimento observado na metade inferior da distribuição de renda, décimo a décimo, supera o crescimento da média. Ou seja, apesar da estabilidade do Gini, as mudanças distributivas foram particularmente favoráveis aos pobres e explicam metade da redução da extrema pobreza, dobrando o impacto do crescimento sobre a miséria. Isto é, a miséria cairia metade do que caiu se todos brasileiros tivessem sua renda aumentada aos mesmos 8% da média geral da nação.

O crescimento da renda per capita de todas as fontes em 2012 foi forte em todas as camadas da pirâmide social brasileira. Dividindo a população em dez partes iguais ordenadas pela renda, a menor taxa de crescimento observada foi a do segundo grupo mais rico, de 6,5%. O maior crescimento foi o dos 10% mais pobres, cuja renda cresceu 14%, já descontada a inflação. Os 10% mais ricos obtiveram crescimento de 8,3%. Os 40% mais pobres, de 9,9%. Assim, medidas de desigualdade mais sensíveis a transferências de renda à população mais pobre, como o índice L de Theil, caíram mais do que outras como o índice de Gini, mais sensível ao crescimento próximo da mediana. O crescimento de 20,1% na renda real dos 5% mais pobres talvez seja a evidência mais clara dos impactos do Bolsa Família, agora sob a égide do Brasil Sem Miséria. O Bolsa Família, que completa em outubro de 2013 sua primeira década, teve impacto

fundamental nesse período, explicando 12% da queda da desigualdade, contra 55% da renda do trabalho, 9,4% do piso previdenciário vinculado ao salário mínimo, 11,2% da previdência acima do piso e 5,4% do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Se o trabalho foi o protagonista da queda de desigualdade, o Bolsa Família deveria ganhar o Oscar de melhor coadjuvante. Cada real adicional gasto no Bolsa Família impacta a desigualdade 369% e 86% mais do que na previdência social e no BPC, respectivamente.

Mais um aparente paradoxo: apesar da estabilidade da taxa de analfabetismo, os dados mais gerais de média e desigualdade de escolaridade revelam em 2012 os melhores avanços em um único ano nas Pnads das duas últimas décadas. Se a manutenção da proporção de adultos com zero ano de estudo preocupa, por outro lado, o avanço na escolaridade de outros com pouca educação foi forte o bastante para melhorar mais acelerada da distribuição de anos de estudo.

Os avanços mostrados pela Pnad não se restringem a renda ou educação. Incluem o acesso a serviços públicos essenciais e bens de consumo duráveis. O percentual de pessoas que tiveram acesso simultaneamente a energia elétrica, coleta de lixo, esgotamento sanitário adequado e rede geral de água aumentou 1% em 2012, atingindo o universo de 59,2% da população. Da mesma forma, aumentou 2,2% a população com o “combo” telefone, TV a cores, fogão, geladeira, rádio e máquina de lavar, que alcançou 46,6% das pessoas em 2012. No período de 1992 a 2012, a população que teve acesso a serviços públicos essenciais e a bens duráveis básicos aumentou 18,6% e 35,5%, respectivamente. Tanto no último ano como nas últimas duas décadas, as condições privadas de vida das famílias – representadas tanto pela renda quanto pela posse de bens duráveis – avançaram mais do que a provisão de serviços públicos essenciais por parte do Estado.

De maneira geral, 2012 foi um ano de surpresas pnadianas. A renda real por brasileiro cresceu 8% com uma estagnação do PIB pelas Contas Nacionais. Mesmo com a desigualdade medida pelo Gini parada, a mudança distributiva ocorrida duplicou a velocidade de superação da miséria. A média e a desigualdade de escolaridade, por sua vez, tiveram em 2012 as melhoras mais expressivas em pelo menos duas décadas, no mesmo ano em que o analfabetismo ficou parado. Como dizia o maestro Tom Jobim, entender o Brasil é tarefa complexa.

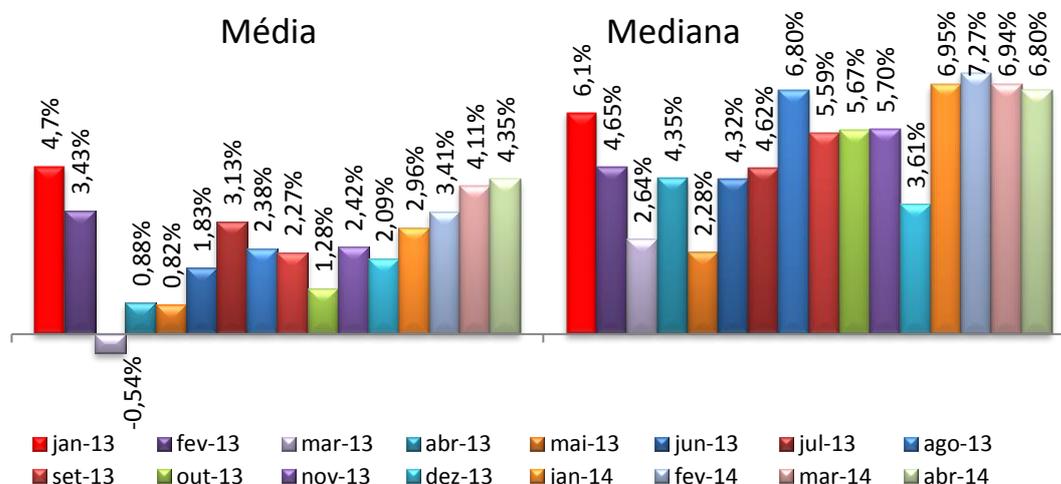
Parte II–PME: 2013 e 2014

O ano em curso de 2014, assim como o de 2013, também tem revelado surpresas segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os dados da PME, apesar da limitação de cobrirem apenas a renda do trabalho nas seis principais regiões metropolitanas, nos permitem atualizar a discussão até abril de 2014, enquanto os últimos dados da PNAD disponíveis cobrem até setembro de 2012.

A–Crescimento da Média e Mediana de Renda

Analisamos a média e a mediana de renda domiciliar per capita do trabalho na população entre 15 e 60 anos de idade. Medimos, no gráfico a seguir, a evolução da variação da média de renda da PME para períodos de 12 meses terminados até março de 2014 *vis-à-vis* o respectivo período do ano anterior. Esse procedimento permite endereçar questões sazonais presentes em séries mensais. A média, que vinha se mantendo estável em médias anuais em todos os anos pregressos com exceção do ano da crise de 2009, experimenta uma forte oscilação com viés descendente entre fevereiro e junho de 2013. O gráfico mostra que de fato houve uma desaceleração do crescimento, principalmente da média, mas também da mediana da renda do trabalho no 1º e 2º trimestres de 2013, o que pode ajudar a entender, em parte, o fenômeno das manifestações de junho de 2013. Nos meses de julho e agosto de 2013 observa-se uma recuperação, embora com alguma oscilação. Percebe-se ainda que o crescimento da mediana está sempre acima do crescimento da média.

*Crescimento de 12 meses - Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho
(15 a 60 anos)*



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados da PME/IBGE

O gráfico revela uma paulatina desaceleração do crescimento da renda per capita real média do trabalho de 12 meses ao longo do primeiro semestre de 2013, saindo de 4,7% nos 12 meses terminados em janeiro de 2013 e atingindo 1,8% em junho de 2013, com aceleração posterior atingindo crescimento de 4,35% nos 12 meses anteriores a abril de 2014. Neste íterim, há também uma desaceleração do crescimento da mediana, que sai de 6,1% em janeiro de 2013 para 4,3% em junho, seguida de recuperação fechando a série com crescimento de 6,8% nos 12 meses anteriores a abril de 2014⁸.

B- Desigualdade

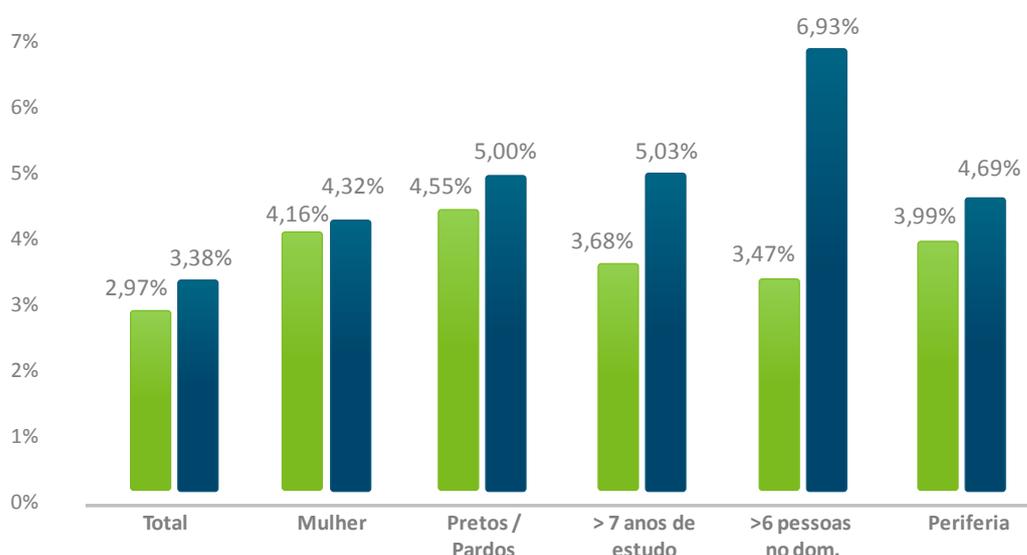
Olhando a desigualdade horizontal, a partir da análise da série de crescimento da renda de grupos tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros, moradores da periferia, pessoas com baixo nível educacional e pessoas de famílias grandes, em geral pobres, observa-se que esse crescimento está acima da média da população. Mais importante

⁸ Optamos por trabalhar com a renda reportada diretamente tal como constantes nos microdados originais da PME, sem incorporar nenhum exercício de imputação de renda aos dados de renda faltantes. A PNAD ao contrário da PME não incorpora qualquer microdado imputado e parte de nosso objetivo é antecipar as tendências nacionais. Por outro lado, para compensar a ausência de fontes de renda não trabalho restringimos a amostra a população de 15 a 60 anos. Vale citar o dado com imputação para a população 10 anos a taxa de crescimento de 12 meses até abril de 2014 da média e da mediana foram de 2,2% e 5,51%, respectivamente. Ao passo que adotando o filtro etário de 15 a 60 anos as mesmas taxas corresponderiam a 3,45% e 6,36%. Independentemente da definição há um paralelismo entre as trajetórias de crescimento nos dois últimos anos destes dados, a não ser por um problema observado em alguns meses de 2008 tal como demonstrado no apêndice.

ainda é o fato de que o processo de crescimento de renda na base da distribuição não desacelerou nos últimos 3 anos e nem nos últimos 12 meses. Portanto, o crescimento desses grupos está acima da média e não é menor do que o que houve na última década, a partir de 2002.

Desigualdade Horizontal

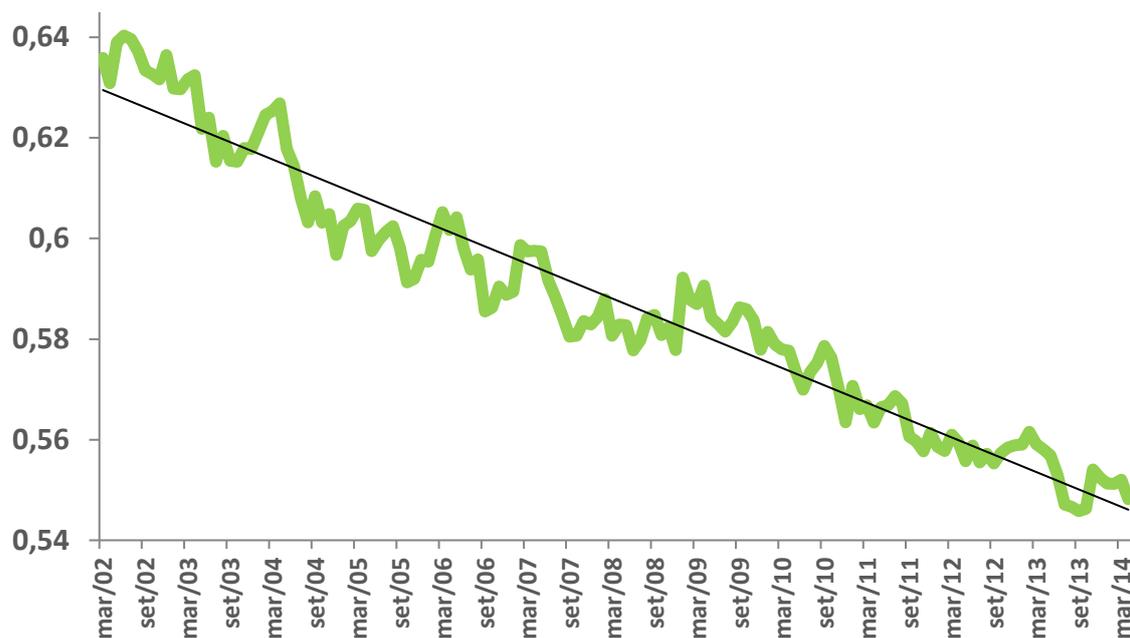
Varição Anual de Rendas Individuais **Abr.2002 - Mar.2003 x Abr.2013 - Mar.2014** **2010-2011 x 2013-2014**



Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados da PME/IBGE.

Após um ano parado, o que é consistente com a PNAD 2012, o Gini da renda trabalhista volta a cair a partir de fevereiro de 2013 até pelo menos março de 2014. Apresentamos a seguir a série do índice de Gini da renda do trabalho da PME, de forma a oferecer uma visão mais ampla das mudanças de prazo mais longo ante as mudanças recentes. Tem-se que nos últimos 11 anos houve uma forte redução na desigualdade de aproximadamente 10 pontos percentuais. Apesar de ter havido uma desaceleração em 2012, a desigualdade de renda do trabalho continua em queda forte a partir de 2013, chegando a 0,548 em abril de 2014 ante 0,552 em março do mesmo ano.

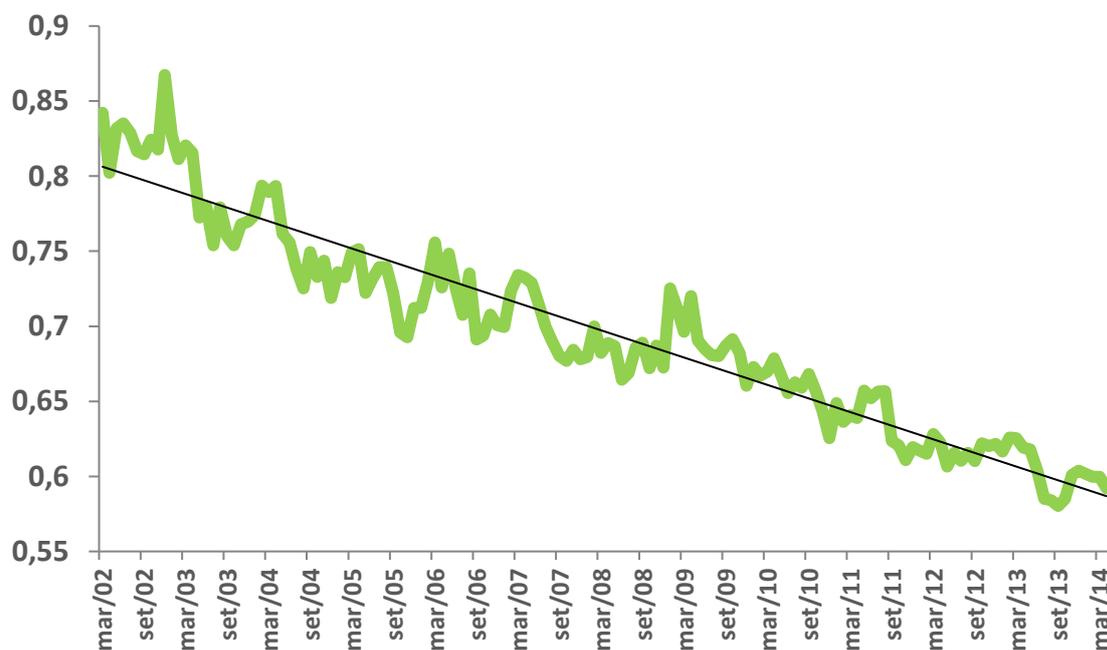
Desigualdade da Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho – Gini
Março de 2002 a Abril de 2014



Fonte: SAE a partir dos microdados da PME/IBGE

Outra forma de medir a desigualdade de rendimentos é usando o índice de Theil-T, que possui algumas vantagens e outras desvantagens em comparação com o Gini. Apesar dessas diferenças entre os índices, que não será explorada aqui, o que se observa na série do índice do Theil da renda do trabalho da PME nos últimos anos é o mesmo fenômeno que acontece com o Gini, com forte queda a partir de 2003, leve estabilização em 2012, e queda ainda mais forte a partir de 2013, chegando a 0,592 em abril de 2014 ante 0,599 em março.

Desigualdade da Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho - Theil-T
Março de 2002 a Abril de 2014



Fonte: SAE a partir dos microdados da PME/IBGE

Dispomos dados posteriores até julho de 2014 apenas para as 4 principais metrópoles cobertas pela PME incluindo as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador que cobrem mais de 80% da amostra da PME. A média móvel de 12 meses da desigualdade medida pelo índice de Gini cai ao longo dos 7 meses abarcados em 2014 como um relógio a taxa de 0,1 ponto de porcentagem a cada mês. Esta queda corresponde a maior queda da desigualdade da PME nos últimos 10 anos. Como consequência apesar da desaceleração do crescimento médio da renda real para 3,58% em 12 meses, a respectiva mediana de renda cresce a taxa de 6,33% nos últimos 12 meses.

Evolução da Desigualdade em 2014
Média Móvel 12 Meses – Só 4 RMs**

	Gini	Theil_T
jan/14	55,4	60,7
fev/14	55,3	60,5
mar/14	55,2	60,2
abr/14	55,1	59,9
mai/14	55	59,7
jun/14	54,9	59,4
jul/14	54,8	59,3

Fonte: SAE a partir dos microdados da PME/IBGE; *Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho 15 a 65 Anos Sem Imputação; **Apenas cobre as metrópoles de SP, RJ, BH e Recife

C- Efeito-Mês

Realizamos com base nos dados da PME, entre 2002 e o final de 2013, exercício de análise da renda domiciliar per capita do trabalho controlada por meio de regressões por características sociodemográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade do chefe, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas. Usamos a especificação tradicional log-linear e variáveis *dummies* mensais de forma a permitir a comparação com anos incompletos como 2002, iniciado em março. Os dados mostram que a renda controlada vem crescendo ano a ano. Ou seja, mesmo comparando pessoas iguais em anos diferentes, 2013 não pode ser considerado como um ano desfavorável em termos de crescimento de renda, pelo contrário.

Evolução Multivariada da Renda Per Capita – Março 2002 (Base) a Dezembro 2013 Ganho da Média de Renda Cumulativo ao Longo dos Anos



Fonte: Ipea /Sae a partir dos microdados da PME.

Controles: sexo, idade, cor, região metropolitana, tipo de cidade, número de moradores, posição na família, ano, e faixas de escolaridade.

D- Riscos de Cruzar a Mediana

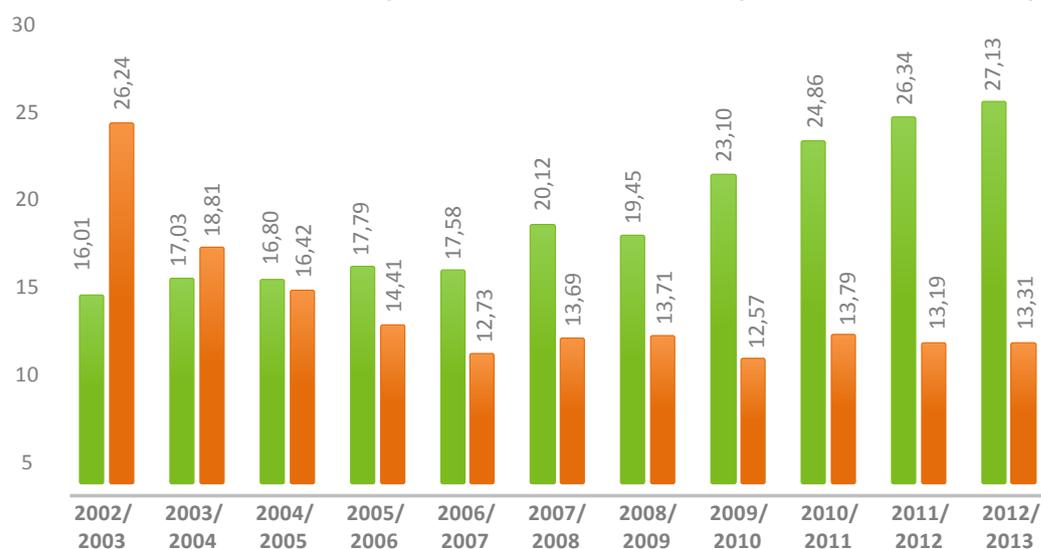
Realizamos uma análise mais estrutural do risco de uma pessoa cruzar a mediana de cima para baixo, o risco de cair ou “risco ruim”, e da chance de a pessoa cruzar a mediana de baixo para cima, a oportunidade de subir ou “risco bom”. A análise é feita a partir dos dados longitudinais da PME, que acompanha as mesmas pessoas ao longo do tempo.

Os resultados mostram que, no período 2012/2013, 27 em cada 100 pessoas cruzaram a mediana de baixo para cima, ou seja, a oportunidade de subir na vida encontra-se no ponto mais alto da série. No período 2002/2003, o risco de subir era de apenas 16 em cada 100 pessoas. Por outro lado, o risco de cair sofreu uma forte redução na última década apesar de não se encontrar no menor nível da série, indo de 26,2% em 2002/2003 para 13,3% em 2012/2013. Portanto, houve uma inversão dos riscos de queda e ascensão de 2002/2003 para 2012/2013. Esta pode ser considerada uma medida de sustentabilidade do movimento de diminuição da pobreza e queda da desigualdade verificada no período recente no país.

Risco de Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho

Risco de Cair X Oportunidade de Subir

O risco da renda subir nunca foi tão alto: dos que estavam abaixo da mediana 27 a cada 100 cruzaram a mediana de baixo para cima: inversão de riscos de queda/ascensão 10 anos depois



Fonte: Ipea/Sae a partir dos microdados longitudinais da PME/IBGE

E- Decomposição Trabalhista

A partir da análise geral das transformações sociais brasileiras dos últimos anos, o que se percebe é que muitas dessas transformações são bastante estruturais e sustentáveis. O filme dos últimos anos tem como protagonistas a renda do trabalho e a carteira de trabalho, tanto para o crescimento da renda média, quanto para a queda da desigualdade. Ao se olhar para o crescimento da renda individual do trabalho nos últimos anos e decompor o mesmo em partes, percebe-se que o crescimento da renda do trabalhador nos

últimos 12 meses da série é tão grande na média quanto o crescimento dos 11 anos anteriores. No entanto, atualmente esse crescimento é mais concentrado no efeito salário, quando comparado a períodos anteriores em que o crescimento foi bem distribuído entre efeito desemprego, efeito participação e efeito salário. Este fato pode indicar uma escassez de mão de obra qualificada, representando um grande desafio para os próximos anos⁹.

Decomposição da Renda Trabalhista

Ano	Renda de Todos Trabalhos	Salário-Hora por Anos de Estudo x	Anos de Estudo x	Horas trabalhadas	Taxa de Ocupação na PEA	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho
Varição 2002-03 a 2013-14 até Março	2.97%	0.14%	1.49%	-0.22%	1.07%	0.47%
Varição 2010 a 2013-14 até Março	3.38%	1.62%	1.39%	-0.16%	0.29%	0.21%
Varição 2013 a 2014 Janeiro a Março	3.01%	1.80%	1.16%	0.19%	1.25%	-1.40%

Fonte: Ipea/SAE a partir dos microdados da PME/IBGE

F – Por que PME?

Encontramos entre nossas perguntas e as respostas possíveis diversos percalços de ordem empírica. A primeira dessas limitações empíricas é a indisponibilidade de microdados de pesquisas domiciliares em escala nacional para o ano corrente, e mesmo 2013, uma vez que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013 só estará disponível em setembro de 2014. Se quisermos ainda tomar como ponto de partida 2010, há indisponibilidade de natureza permanente da Pnad, pois nesse ano ela cedeu lugar à

⁹Uma análise similar com implicações distributivas é encontrada em Kakwani, Neri e Son (2010).

aplicação do último Censo Demográfico. Ou seja, nos extremos do período de 2010 a 2014, não há Pnads hoje disponíveis.

Utilizamos para avaliar o período após setembro de 2012 os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os dados são comparados com os das Contas Nacionais, os da Pnad e os da própria PME no período anterior desde o fim da recessão de 2003. A PME permite medir, apenas no âmbito das seis maiores metrópoles brasileiras, a evolução da renda do trabalho, inclusive rendimentos e ocupações formais e informais de todos os membros dos domicílios. A fim de minimizar incongruências entre essas três bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparamos apenas as variações das diversas medidas utilizadas. A começar pelo crescimento da renda domiciliar *per capita*, que é o conceito de referência central da literatura de bem-estar social, por sintetizar diversos elementos atuantes nos vários membros dos domicílios¹⁰.

Se há limitações nos dados da PME, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro dos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME (*booms* surgidos depois dos lançamentos dos planos Cruzado e Real, o “Real do Lula”, os efeitos das crises externas de 1997, 1999 e 2008, entre outras). Segundo a Pnad, a renda do trabalho corresponde a 77% da renda das famílias em termos nacionais e a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME.

Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento real do salário mínimo e pela crescente parcela de idosos na população e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De janeiro de 2011 a março de 2014, já descontada a inflação pelo INPC e o crescimento populacional, o valor per capita dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cresceu 4,1% (MPS, 2014) e o do Bolsa Família, 11,4% (MDS, 2014). Isto sem contar o reajuste nominal da linha de elegibilidade generalizado para todas as condicionalidades a ser incorporado na folha de junho de 2014 do Bolsa Família.

Complementarmente, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE) o Brasil gerou em termos líquidos 4,8 milhões de postos de trabalho formais de janeiro de 2011 a março de 2014. Pegando os últimos 12 meses, no primeiro trimestre de 2014 a geração de emprego formal nas 6 principais metrópoles cobertas pela PME caiu 9%, contra um aumento de 22,6% no resto do país (Caged). Em

¹⁰Uma escolha chave é trabalhar com dados originais sem qualquer tipo de imputação as não respostas de rendas função de algumas distorções observadas em 2008.

outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho nas áreas metropolitanas da PME nos últimos meses parecem até certo ponto conservadoras.

Conclusões

O trabalho parte da trilogia prosperidade, igualdade e sustentabilidade para avaliar a evolução social brasileira nos últimos anos com dados coletados até abril de 2014. Em particular, respondemos algumas perguntas: O descolamento entre o crescimento do PIB e renda média das pessoas continua?; Como evoluem as diferentes rendas dos brasileiros (trabalho, previdência, Bolsa Família etc.)?; Qual é o movimento dos principais ingredientes trabalhistas (desemprego, participação, jornada, salário etc.)?; A desigualdade de renda brasileira continua em queda?; Como evolui a renda de grupos tradicionalmente excluídos, como analfabetos, pretos e moradores da periferia?; E o que se pode dizer da distribuição de diferentes ativos?

O processo de desenvolvimento inclusivo vivido no país nos últimos anos foi caracterizado por um aumento da renda dos mais pobres muito superior à média nacional, mesmo nos anos de baixo crescimento do PIB. Neste caminho, os grupos mais vulneráveis da sociedade obtiveram ganhos também superiores à média, performance mantida no período mais recente. Retomando três dos atributos recomendados por Stiglitz e Sen e concluindo com uma agenda prospectiva, temos:

Crescimento - O crescimento brasileiro em 2012 decepcionou, mesmo na comparação com as previsões mais pessimistas. A frustração do chamado “PIBinho” contrasta com os resultados positivos do avanço da média de renda pela Pnad 2012, que supera quase todos os 30 últimos anos brasileiros – as exceções são 1986, ano do Cruzado, e 2006.

Se no período de 2002 a 2012 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 2,59% e 3,65% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,64% ao ano. Ou seja, o João que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias é ainda maior em 2012 tal como captada pela Pnad. Em 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB per capita cresceu algo próximo de zero, a renda per capita média das famílias cresceu 7,98%. Ainda não dispomos da PNAD 2013, mas apesar de suas limitações, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME. Ela nos permite averiguar hoje a magnitude da desaceleração trabalhista do primeiro semestre do ano de 2013, com reversão das tendências de melhora de renda média e de desigualdade entre março e maio de 2013, com posterior recuperação das tendências anteriores. A retomada pós segundo trimestre de 2013 foi confirmada pelos dados de crescimento da renda do trabalho captada pela

PME, tanto da média como da mediana, que revela, após uma desaceleração do crescimento ao longo do primeiro semestre de 2013, uma retomada posterior, atingindo crescimento de 4,35% na média e 6,8% na mediana nos 12 meses anteriores a abril de 2014.

Igualdade - A desigualdade segundo o Gini se manteve estabilizada em 2012 em torno de 0,526. Entretanto, ela contribuiu com 50,5% para a queda da extrema pobreza observada de 15% no último ano, velocidade cinco vezes mais rápida que a requerida pela meta do milênio da ONU.

Na repercussão imediata ao lançamento da Pnad de 2012, deu-se muita ênfase ao crescimento de renda dos mais ricos. De fato os 5% mais ricos tiveram no último ano crescimento de 9,4%, contra 7,98% da média geral da nação. Contudo, os 40% mais pobres tiveram crescimento de 9,87%; e os 10% mais pobres, de 14%. Na verdade, a desigualdade ficou praticamente estável pelo índice de Gini, mas caiu mais segundo outras medidas mais sensíveis à base da distribuição. Mesmo aceitando a estabilidade da desigualdade pelo Gini, o fato é que todos os vintis até o meio da distribuição de renda cresceram acima da média e os 5% mais pobres cresceram 20% em 2012, estatística de fazer inveja a qualquer chinês. Como consequência, a extrema pobreza caiu.

Se todos os brasileiros e as brasileiras tivessem crescimento de renda de 8% exatos, qualquer medida de desigualdade ficaria, por definição, parada. A pobreza cairia, por conta do crescimento balanceado. Entretanto, a extrema pobreza caiu o dobro do que cairia, pois, se a mudança da distribuição de renda favoreceu aos ricos, ela favoreceu mais ainda os mais pobres. Ou seja, há muitas maneiras da medida de desigualdade ficar estável, uma delas são todos melhorarem (ou piorarem juntos). Em 2012, as mudanças de renda favoreceram a todos, em especial aos mais pobres.

Em suma, podemos dizer que, apesar da estagnação no avanço do PIB em 2012, os atributos desejáveis do desenvolvimento se mantiveram *vis-à-vis* os do período de ouro pós-recessão de 2003. A começar pela magnitude da expansão da renda per capita captada a partir de pesquisas domiciliares, a queda da desigualdade foi interrompida segundo alguns indicadores como o Gini, mas não só voltou com força em 2013, como proporcionou uma queda de extrema pobreza duas vezes superior àquela observada por conta do crescimento balanceado. Os dados da desigualdade da PME, medidos tanto pelo índice de Gini como pelo índice de Theil-T, voltam a cair fortemente a partir de abril de 2013, mas só atinge em junho de 2013 o mesmo patamar de junho de 2013, atingindo 0,548 e 0,592 em abril de 2014, respectivamente.

Dispomos dados posteriores até julho de 2014 apenas para as 4 principais metrópoles cobertas que cobrem mais de 80% da amostra da PME. A média móvel de 12 meses da desigualdade medida pelo índice de Gini cai ao longo dos 7 meses abarcados em 2014 como um relógio a taxa de 0,1 ponto de porcentagem a cada mês. Esta queda corresponde a maior queda da desigualdade da PME nos últimos 10 anos. Como consequência apesar da desaceleração do crescimento médio da renda real para 3,58% em 12 meses, a respectiva mediana de renda cresce a taxa de 6,33% nos últimos 12 meses. Ou seja, apesar da desaceleração do crescimento do PIB observamos continuidade do processo de crescimento inclusivo de renda do trabalho observado no período anterior.

Sustentabilidade - Considerar estoques de ativos, como por exemplo, incorporar atributos ambientais para considerar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Como a educação de cada pessoa e sua utilização no mercado de trabalho, capital social e ativos físicos reais e financeiros que incluem o fluxo de benefícios monetários advindos de políticas públicas.

Os dados da PME mostram que o processo de desenvolvimento inclusivo vivido no país nos últimos anos possui claros atributos de sustentabilidade, como demonstram as análises de risco de ascensão e queda em relação à mediana. Os resultados mostram que, no período 2012/2013, 27 em cada 100 pessoas cruzaram a mediana de baixo para cima, ou seja, a oportunidade de subir na vida encontra-se no ponto mais alto da série. No período 2002/2003, o risco de subir era de apenas 16 em cada 100 pessoas. Por outro lado, o risco de cair sofreu uma forte redução na última década apesar de não se encontrar no menor nível da série, indo de 26,2% em 2002/2003 para 13,3% em 2012/2013. Portanto, houve uma inversão dos riscos de queda e ascensão de 2002/2003 para 2012/2013.

Agenda Futura – Apesar dos avanços conquistados, novas transformações sociais são demandadas. A agenda prospectiva deve responder em alguma medida os desafios atuais. No que tange à área macroeconômica, há ênfase nas ações que visam estimular a produtividade e a poupança das famílias, exemplos de políticas públicas que dão maior sustentabilidade ao processo de inclusão social e diminuem os riscos das pessoas.

No longo prazo, o que sustenta o crescimento de um país são justamente a taxa de poupança e a produtividade de sua economia. A agenda de poupança é de extrema importância dado que as taxas de poupança das famílias brasileiras são muito baixas. Em comparação com países de mesmo nível de renda, a nossa taxa de poupança dos

brasileiros fica bem abaixo, é preciso estimular a poupança das famílias e a inclusão financeira no Brasil.

Na área de produtividade deve-se enfatizar educação, ensino técnico, certificação de talentos, atração de talentos de fora do país e redução da rotatividade mudanças no subsídio ao emprego formal de baixa remuneração como o Abono Salarial e o Salário Família podem ser instrumentais neste processo.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; NERI, M. C. An Evaluation of The Measurement of Income and Expenditures in Brazilian Household Surveys: POF X PNAD, Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria, 1995.

DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics**, v. 38, p. 275–295, 1992.

KAKWANI, N. On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand. **Journal of Quantitative Economics**, v. 16, p. 67–80, 2000.

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programme labour market: the recent Brazilian experience**. *World Development*, vol.38, N.6, 2010.
http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politicassociaisalunos/2011/pdf/5PP_KakwaniNeriSonsdarticle.pdf

MDS. **Matriz de Informação Social**. www.mds.gov.br.

MPS. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. Brasília: MPS, diversos volumes.

NERI, M. C. “**Income Policies, Income Distribution and the Distribution of Opportunities in Brazil**”, In: Lael Brainard and Leonardo Martinez-Diaz: Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil’s Changing Role in the Global Economy, Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009. pp 219 a 270.
http://www.fgv.br/cps/docs/acad/BF_Livro_Scanner.pdf

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**. Editora Saraiva, São Paulo, 2011. 312 p. <http://www.cps.fgv.br/cps/livroncm/> e <http://www.sae.gov.br/site/?p=22297>

NERI, M., SOUZA, P. 2012: A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Ipea: Brasília, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 155).

NERI, M. 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável? Ipea: Brasília, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 158) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121218_comunicadoipea158.pdf e http://www.cps.fgv.br/cps/Pesquisas/miseria_queda_grafico_clicavel/FLASH/index.htm

NERI, M., SOUZA, P. E VAZ, F. Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE. Ipea: Brasília, 2013. (Comunicados do Ipea, n. 159) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf

PNUD Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, 2014 <http://www.sae.gov.br/site/?p=23274>

PNUD, IPEA e FJP Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, 2013, <http://atlasbrasil.ipea.gov.br/>

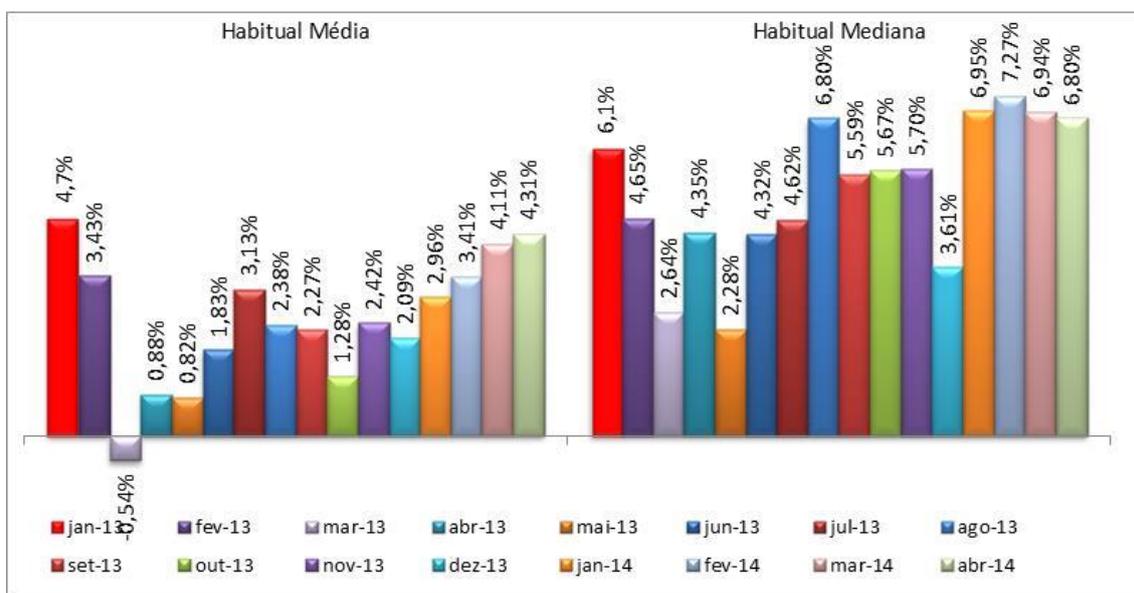
RAVALLION, M. Measuring Aggregate Welfare in Developing Countries: How Well Do national Accounts and Surveys Agree? Policy Research Working Paper 2665, World Bank, 2001.

STIGLITZ, J.; SEN, A. e FITOUSHI, (Mis) Measuring Our Lives, 2010. See also **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

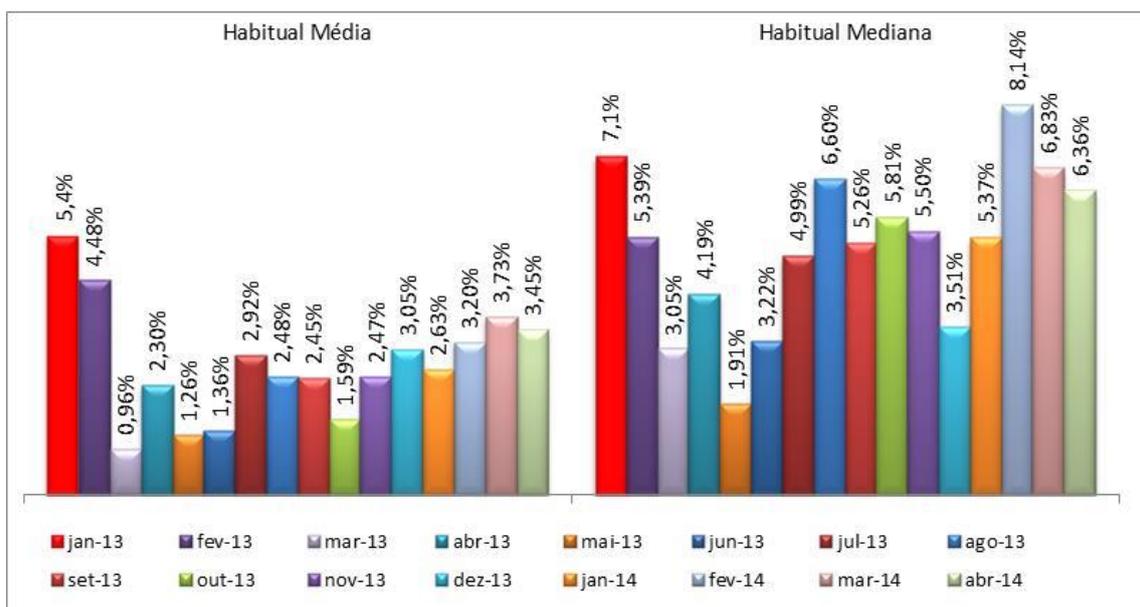
Apêndice: Efeitos da Imputação na PME

Trabalhamos com a renda reportada diretamente tal como constantes nos microdados originais da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) sem incorporar nenhum exercício de imputação de renda aos dados de renda faltantes. A PNAD ao contrário da PME não incorpora qualquer microdado imputado e parte de nosso objetivo é antecipar as tendências nacionais. Isolamos o efeito da imputação usando um mesmo corte etário. Conforme os gráficos abaixo:

Taxa de Crescimento 12 Meses Renda Domiciliar Per Capita População 15 a 60 Anos - Sem Imputação



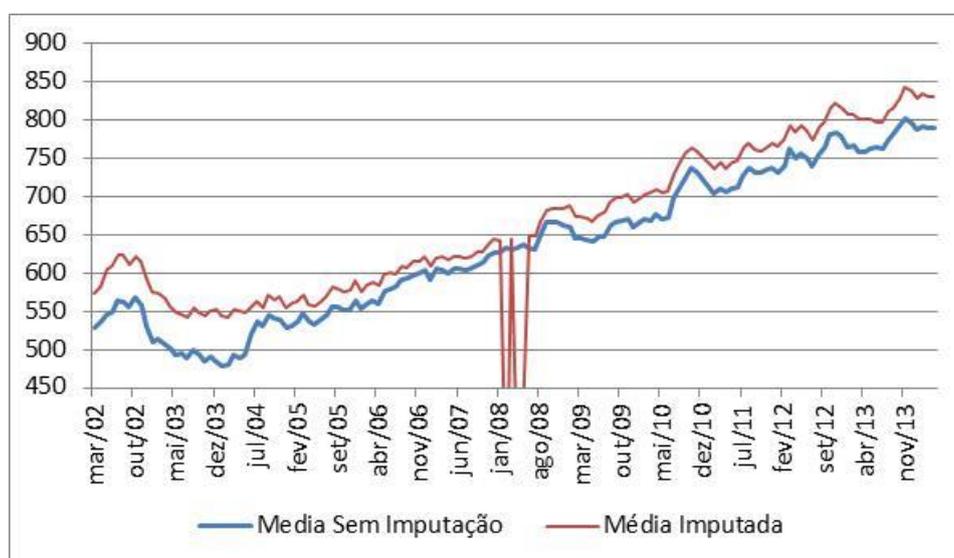
Taxa de Crescimento 12 Meses Renda Domiciliar Per Capita População 15 a 60 Anos - Sem Imputação



Fonte: SAE a partir dos microdados da PME/IBGE

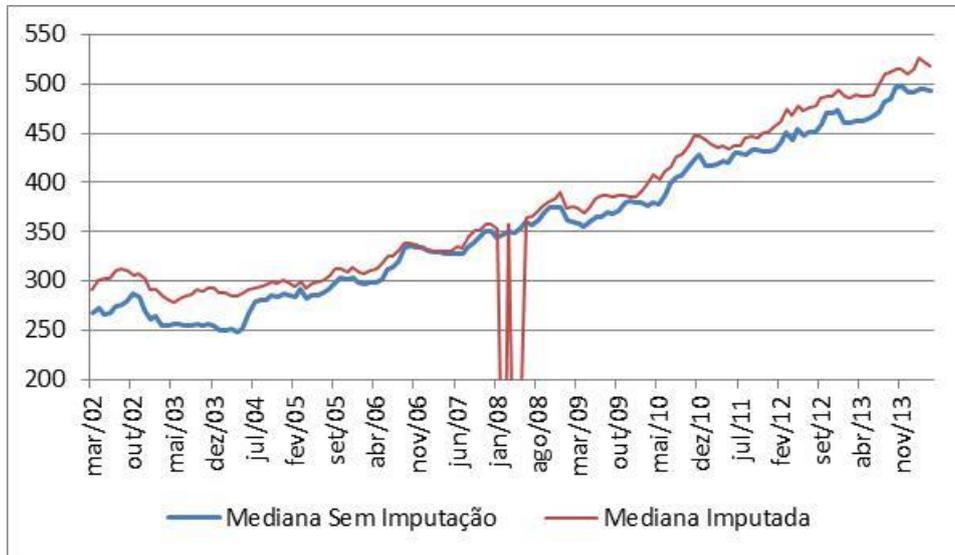
Uma primeira diferença se refere à desaceleração do crescimento ocorrida nos idos de 2013 que é mais branda nos dados imputados que nos originais onde as taxas de 12 meses ficam negativas em março de 2013. O último dado da taxa de crescimento de 12 meses até abril de 2014 da média e da mediana sem imputação foram de 4,3% e 6,8%, respectivamente. Ao passo que adotando a imputação e o mesmo o filtro etário de 15 a 60 anos as mesmas taxas corresponderiam a 3,45% e 6,36%. Ou seja, taxas menores em particular para média imputada 0,85 pontos de porcentagem menores. Ou seja, a imputação tem um efeito maior sobre a média que a mediana¹¹. Independentemente da definição há um paralelismo entre as trajetórias de crescimento nos dois últimos anos destes dados, a não ser por um problema observado em alguns meses de 2008 tal como demonstrado abaixo:

Média de Renda Domiciliar Per Capita População 15 a 60 Anos – Com e Sem Imputação



¹¹ Vale citar o dado com imputação para a população 10 anos a taxa de crescimento de 12 meses até abril de 2014 da média e da mediana foram de 2,2% e 5,51%, respectivamente.

Média de Renda Domiciliar Per Capita População 15 a 60 Anos – Com e Sem Imputação



Fonte: SAE a partir dos microdados da PME/IBGE



Praia de Botafogo, 190, Sl. 1501 - CEP: 22.250-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 21.3799-2320 / E-mail: fgvsocial@fgv.br
www.fgv.br/fgvsocial